



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DE METAS PARA 2013 COM
SUBPREFEITURA DA SÉ**

PRESIDENTE: PRESIDÊNCIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 13 DE ABRIL DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Exibição de imagens

O SR. JOSÉ ROBERTO PEREIRA DE MELO - Agradeço a presença de todos na participação do Plano de Metas do Governo Haddad.

Para compor a Mesa, convido os Srs: Marcos Barreto, Subprefeito da Sé e Roberto Garib, Secretário Adjunto de Governo.

Neste momento passo a palavra ao Subprefeito Marcos Barreto.

O SR. MARCOS BARRETO – Boa tarde a todos. Motivo de grande alegria de estarmos junto nesta tarde, se de um lado é chuvosa, não faltará calor para debatermos o Plano de Metas apresentado pelo Sr. Prefeito Fernando Haddad, e começamos, estava conversando antes, me parece que isso é um pequeno do que irá acontecer nessa cidade nos próximos anos. A ideia de que realmente precisamos e devemos governar de portas abertas, com um dialogo franco, transparente, incorporando a contribuição dos diferentes movimentos, das diferentes visões sobre a cidade e que um plano de metas, é um plano, seja ele qual for de governo, não pode ser um plano de gabinete, tem de ser um plano que nasça desse dialogo constante com a população. Nesses cem dias de governo a subprefeitura da Sé, já fez algo em torno de 300 reuniões. Temos realizado reuniões todos os momentos. Seguindo uma orientação do Prefeito Fernando Haddad, de que, quando nos convidou para assumir a Subprefeitura, perguntei se tinha alguma orientação em especial ele disse: olha quero que você abra as portas, que dialogue com os mais diferentes segmentos. Estamos falando do Centro de São Paulo, estamos falando de grupos bastante diferentes e amplos, de associação comercial, a movimento de moradias que está muito bem representado nesta tarde, me deixa muito feliz, Associação Viva o Centro, Associação do Movimento de Catadores, População em Situação de Rua. temos um arco amplo da sociedade paulistana presente no Centro da Cidade. E nesses últimos anos, boa parte desses movimentos encontraram as portas fechadas e teve como respsosta a sua grita e suas reivindicações o silêncio. Digo, se ainda não ficou claro para todos, que o silêncio acabou e que o dialogo será uma constante nesses anos de Governo de Fernando Haddad.

Da mesma forma, adiantar, que estamos começando com o Plano de Metas, Roberto Garib, querido companheiro de Governo, Secretário-Adjunto da Secretaria do Governo, com quem já tive o prazer de trabalhar na gestão anterior, da Prefeita Marta Suplicy, vai fazer a exposição.

Mas temos uma pauta extensa, de momentos de diálogos sobre a Cidade e sobre o Centro, ainda neste semestre e no semestre que vem. Afinal de contas, vamos começar todo o processo de discussão de revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade. Trata-se de um debate que interessa a muitas pessoas que estão aqui e esse debate vai se dar de forma intensa. Se não me engano, a partir agora de maio, começa um processo e esse processo vai ser bastante acelerado nos próximos meses para que, no segundo semestre, possamos apresentar para a Cidade a revisão que, mais uma vez, contemple o espírito e o desejo da Cidade, e não seja mais um projeto feito em Gabinete, mas que seja um projeto efetivamente construído a várias cabeças, a várias mãos, para que ele possa atender aos anseios da Cidade que temos.

Não me vou alongar muito, porque esta é uma audiência no sentido literal da palavra, estamos aqui para ouvir, não estamos aqui para falar. Vamos falar rapidamente, vamos apresentar o plano, evidentemente, para que possamos traçar o diálogo. Mas, sobretudo, é o momento de ouvir, é o momento de captar e perceber em que medida esse Plano de Metas elaborado pelo Governo do Prefeito Fernando Haddad atende aos anseios e às demandas da população.

Eu diria que estamos, Garib, muito confortável, porque esse é um Plano de Metas que não tem mágicas em si, não tem surpresa,. Ninguém viu o Plano de Metas e disse: "Poxa, mas isso eu não sabia, isso não foi dito na campanha" ou qualquer coisa parecida.

Acho que o Prefeito Fernando Haddad, desde o começo, foi muito transparente em apresentar, ainda no processo eleitoral, um projeto, um plano de trabalho, um Plano de Governo, dizendo claramente quais seriam as prioridades, o que seria feito, de que forma seria

feito. Isso, agora, se traduz num Plano de Metas.

Então, não há aqui nenhuma ação de Mandrake ou de magia. Tudo o que foi dito está colocado em um Plano de Governo. Algumas coisas, inclusive, já começaram a acontecer efetivamente. Nessa semana, no que diz respeito à inspeção veicular, foi publicada a nova legislação a respeito. E outras coisas estão sendo anunciadas constantemente: os corredores de ônibus, a moradia popular no Centro da Cidade. Enfim, há várias coisas que já estão em andamento e esse Plano de Metas, que tem um total de cem metas, talvez organize melhor, reflita, e detalhe melhor tudo aquilo que foi dito na campanha.

Agora, evidentemente que as sugestões e contribuições de vocês serão muito bem-vindas. Então, a orientação, nessas 31 audiências - pela Cidade toda -, é que, sobretudo, ouçamos a população agora. Fizemos uma proposta e, agora, é um momento de lhes mostrar a proposta e ouvi-los e ouvi-las para incorporarmos o que eventualmente ficou de fora e que deva estar presente, ou que precise ser reforçado.

Importante sempre lembrar que um Plano de Metas não é o conjunto de tudo aquilo que faremos. Certamente faremos muito mais o que as cem metas que estão colocadas pelo Governo, mas ali está o que é de essencial, o que vai identificar, o que vai deixar como marca da Gestão Fernando Haddad para a cidade de São Paulo. Então, ali tem tudo que é fundamental.

Aproveito essa minha introdução para agradecer à Câmara Municipal de São Paulo pela cessão do espaço; agradecer a equipe da Subprefeitura que está presente em peso aqui nesta tarde de hoje; mas agradecer também à Secretaria de Governo, à Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Planejamento, que estão conosco para que isso fosse possível, para que pudéssemos rapidamente nos organizar e fazer uma boa audição aqui, porque o que vamos fazer é, sobretudo, ouvir. Evidentemente que, depois, num outro momento, haverá o retorno daquilo que foi proposto, porque um bom diálogo também tem de se dar dessa forma: vocês têm de exigir, cobrar, sugerir e, depois, ter um retorno e uma

justificativa por que isso foi incorporado, ou não foi, de que forma, enfim. É um diálogo constante, lembro mais uma vez.

Aproveito para encerrar minha fala, contando só como vão ser os trabalhos, qual que é a dinâmica, para que possamos, no período em que estaremos juntos aqui, aproveitar ao máximo o nosso encontro.

A Bel está aqui do meu lado.

Ela é da Secretaria de Planejamento e está com uma ficha de inscrição para as pessoas que quiserem fazer uso da palavra.

O Roberto Garib vai fazer a apresentação. Ele tem 20 minutos para isso e, durante sua apresentação e mesmo agora, quem quiser fazer uso da palavra se inscreve por essas fichas, como essas que tenho em mãos, que já estão sendo distribuídas.

Além desse material, há outra forma de participação que é preencher esta outra ficha, com a sugestão do ponto que você recomenda inclusão, seja mais algum objetivo ou alguma meta específica.

Estamos sugerindo mesmo às pessoas que farão proposta oral que também preencham esta ficha. Isso nos ajuda, depois, a sistematizar. E, da mesma forma, também ajuda a garantir que tenhamos preservados os três minutos para cada um dos que fizerem uso da palavra. Tentaremos ser muito rígidos, se essa é a palavra, no uso dos três minutos, para que um número maior de pessoas possa falar, para que todo mundo possa falar e, enfim, que saíamos daqui com um bom resultado da reunião.

Então, vamos controlar o tempo ali e, quando faltar um minuto dos três concedidos, sinalizaremos à pessoa. Este microfone ao canto da mesa é o que será utilizado para as falas. Assim, quando a pessoa for chamada, por favor, venha para cá, fale ao microfone e, quando houver falado por dois minutos, sinalizarei que falta um minuto para que possamos concluir em três minutos a fala de cada um, OK? Está clara a regra? Tudo bem?

Assim, para irmos direto aos “finalmentes”, ou seja, para a apresentação, vou

convidar o Roberto Garib, Secretário-Adjunto da Secretaria de Governo, para apresentar a todos nós o Plano de Metas do Prefeito Fernando Haddad.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. ROBERTO GARIB - Marcos, vou recusar seu convite para ir àquele microfone e ficarei aqui ao seu lado, porque assim ficará até mais fácil para eu operar a apresentação.

Bem, como o Marcos colocou, acho que estamos aqui para ouvir. De toda forma, estamos inaugurando aqui um processo que está sendo feito em todos os territórios da Cidade. As 32 Subprefeituras estão recebendo alguma apresentação, durante este sábado e no próximo sábado. Nós temos uma apresentação que resume o Programa de Governo e acho que é uma maneira, pelo menos, de uniformizarmos um pouco o que foi o nosso esforço aqui para montar esse programa e para que vocês tenham claro sobre o que estamos debatendo e para uniformizar um pouco as informações.

Mas, antes de começar a passar, quero, primeiro, falar que é uma honra estar presente, ter sido convidado para vir falar na Subprefeitura da Sé, nesta Casa. Percebo aqui que não estamos falando somente para a Subprefeitura Sé. Temos lideranças presentes que dialogam a Cidade inteira e, obviamente, isso reveste essa discussão de um caráter especial. Portanto, eu me sinto bastante honrado de estar aqui fazendo esta apresentação.

Bem, antes de passar à apresentação propriamente dita, queria dizer que esse Programa de Metas é muito ousado. Vamos dizer assim, ele é um ato de coragem desta Administração. Acho que o Prefeito Fernando Haddad, ainda na campanha, se propôs metas com essa ousadia.

Acho que é um sentimento dos paulistanos e principalmente de quem conseguiu observar o que tem ocorrido em todo o País. Eles têm percebido que São Paulo ficou um pouco aquém desse movimento que fortaleceu hoje um Governo Federal que completou 10 anos de governo com uma aprovação recorde fantástica. Isso, de alguma forma, parece que

não penetrou esta cidade, nela não se conseguiu disseminar boa parte das mais diversas linhas de programas que fizeram espriar a justiça social, como na Saúde, na Habitação, na própria Educação.

Então, estamos vendo, na paisagem do país, muitas transformações que, quando se vem para São Paulo se tem de observar e de olhar com muito mais atenção para conseguir perceber essas mudanças na paisagem.

Acho que São Paulo, de alguma forma, perdeu um pouco do seu dinamismo, não somente econômico, mas o dinamismo de ser a mola propulsora, de estar propondo transformações, de estar propondo inovações e, dessa forma, o Prefeito Fernando Haddad se revestiu disso e disse: "Olha, ou nós vamos para rachar ou é melhor não ir".

Então, esse programa, acho, demonstra isso. Acho que vocês vão ver, pela grandeza dos números que estão demonstrados aí, que é uma meta bastante ousada a que estamos nos propondo.

O número de cem que foi colocado - e que foi motivo, assim, de alguma discussão - foi pura coincidência. No âmbito das discussões, foi uma contabilidade que chegou a 120; sendo reagrupadas, as metas voltaram para 90; daí, foram sugeridas outras e, ao fim, conseguimos chegar ao número de cem, mas, obviamente, depois de toda essa discussão, esse número pode ser alterado, como o Marcos falou. Não estamos apresentando aqui um programa monolítico, muito pelo contrário: ele foi pensado como uma primeira etapa. O que estamos apresentando é a primeira etapa dele. Depois dessa discussão, ele vai ser, obviamente, revestido de todas as sugestões que vão surgir nessas audiências que estamos fazendo.

Bem, começando a apresentar, primeiro, dizer que ele é um resumo do nosso Programa de Governo que foi discutido na campanha.

- O orador passa a se referir a imagens projetadas no telão.

O SR. ROBERTO GARIB - Como o Marcos colocou perfeitamente, não há novidade

aqui; não há nada que vocês não ver aqui que vá surpreendê-los ou que não tenha sido dito. Ele é um resumo, vamos assim dizer, do Programa de Governo. Ele não esgota todas as ações que estão no Programa, mas ele é o conjunto dos principais compromissos assumidos durante a campanha.

Sabemos que isso se tornou uma obrigação, isso foi colocado na lei. Lembro-me aqui de que, quando estávamos discutindo ainda essa lei, os líderes desse movimento, inclusive, vieram procurar a então Prefeita Marta Suplicy. Lembro-me até de uma conversa que ela teve, quando falou: "Olha, isso, para nós, vocês não precisam pedir adesão. A nossa adesão está dada pela nossa prática histórica. Nós nunca fomos para uma eleição sem um programa de governo fechado e sem assumir os compromissos".

Obviamente, essa lei foi um avanço porque obrigou todas as candidaturas que queiram pleitear o cargo de Prefeito em São Paulo a ter um programa de governo. Isso porque ser eleito sem um programa prévio e, em 90 dias, ter de apresentar como vocês verão aqui seria praticamente impossível. Então, ou há uma discussão prévia e há um compromisso público durante o processo no debate eleitoral, ou ninguém consegue fechar isso em 90 dias.

Da nossa parte, claro, foi um trabalho grande de sistematização, tocado aqui pela Secretaria de Planejamento, porém, em cima de uma base que estava bastante avançada.

Bem, como eu disse, são cem metas. Elas estão distribuídas em 21 objetivos, organizados em três eixos temáticos e elas dialogam, todas essas metas, com cinco articulações territoriais.

Vou explicar cada uma dessas linhas para vocês daqui para frente.

Primeiro, em relação à lógica territorial, ao que governa territorialmente a decisão dessas metas. Primeiro, a questão de resgate da cidadania nos territórios mais vulneráveis.

Segundo, o que foi, vamos dizer assim, uma das metas mais discutidas foi a estruturação do Arco do Futuro.

O fortalecimento das centralidades locais e das redes de equipamentos públicos é

uma discussão que faremos por meio das Subprefeituras.

A requalificação da área central, que é o coração da Cidade, precisa de uma atenção especial e merece uma articulação única no âmbito do nosso programa. E a reordenação da fronteira ambiental para proteção dos nossos mananciais, principalmente.

Esses mapas mostram um pouco do que estamos falando em cada uma dessas articulações. Os territórios vulneráveis mostram, justamente, como se dá a distribuição das pessoas mais vulneráveis e onde está a pobreza na Cidade. São nesses territórios que tentaremos montar toda estratégia de ação integrada, nas mais diversas áreas.

Em relação à articulação territorial, o Arco do Futuro foi bastante discutido na campanha. O que é? Todo mundo que acompanhou o processo histórico de urbanização desta Cidade sabe que ele foi muito penoso no sentido de que se criou emprego e a principal infraestrutura no Centro e jogou as pessoas para a periferia da Cidade a um custo coletivo bastante grande para que se consiga fazer esse encontro entre pessoas e emprego.

O Arco do Futuro, de alguma forma, é uma tentativa de rever essa distribuição do emprego e da moradia na cidade de São Paulo, aproveitando os canais dos rios. Esta Cidade foi fundada pela ousadia dos portugueses, naquele momento, que criaram seu primeiro aglomerado fora do litoral, mas também em função das águas. Foram as águas que fizeram a grandeza de São Paulo por meio do Tietê e dos bandeirantes que levaram a cultura desse aglomerado para todo o País. Eles chegaram à Rondônia por meio dessas águas. Nós viramos as costas para as águas da Cidade.

Os rios são o estorvo da Cidade, só que eles se compõem num eixo importante de estruturação, não somente da Cidade, mas metropolitana. Ele dialoga com as cidades do nosso entorno. É bom lembrarmos que São Paulo está no meio de uma região metropolitana e concentra metade dessa população, metade dos recursos e, praticamente, impulsiona tudo que ocorre no âmbito desses 39 Municípios, que compõem a região metropolitana. E o Arco do Futuro é uma maneira de reforçarmos essa centralidade e dar mais fluidez a ela.

A rede de centralidades também vai nesse sentido. Ou se reforça a centralidade dos vários territórios da Cidade ou todos esses habitantes terão de buscar a maior parte desses serviços fora dos seus bairros, o que dificulta a mobilidade da cidade de São Paulo. Hoje, com as novas tecnologias e com o plano de inclusão - que estamos imaginando -, acho que podemos reforçar isso: que boa parte das coisas seja resolvida nos territórios onde as pessoas habitam.

Debater a área central é histórico. Sempre há um projeto que vira as costas para o Centro, historicamente, e outro que tenta rever o Centro. Esse foi o debate dos últimos 20 anos na Cidade. Na gestão da Prefeita Marta Suplicy, desenvolvemos um projeto bastante ousado de revitalização do Centro. Fizemos grandes avanços, mas não vejo que isso tenha se mantido.

De novo, vamos tentar fazer esse esforço de retomar o Centro e de dar a ele a importância que tem na formação desta Cidade. Não é toa que o Marcos Barreto é nosso Subprefeito da Sé, foi um dos principais quadros da gestão Marta Suplicy e está com essa missão de organizar todas as nossas políticas nesse território bastante complexo.

A última articulação territorial é a fronteira ambiental. Como disse, basicamente ela é uma proteção aos nossos mananciais, tanto ao Sul como ao Norte.

Claro que aqui vocês vão ver que tem um conjunto de outras áreas verdes espalhadas por toda a Cidade, mas temos uma preocupação especial com a questão dos mananciais. Inclusive vocês já têm notícias que vamos seguir em frente com a fase três do nosso projeto de mananciais, estamos no fim da fase um e dois – falo isso para a região Sul – e para a região Norte, também, onde está o nosso maior reservatório de água, na verdade não é o maior, mas é o que mais fornece água para a cidade de São Paulo. Temos de cuidar deles e a melhor maneira é a gente ocupar essas áreas de uma maneira criativa, que respeite o meio ambiente e, ao mesmo tempo, o preserve.

Os eixos temáticos. Como eu disse, os 21 objetivos estão organizados em três

grandes eixos: compromisso com os direitos sociais e civis, desenvolvimento econômico sustentável com redução das desigualdades e gestão descentralizada participativa e transparente.

Esses são os 11 objetivos que estão sob o guarda-chuva do objetivo estratégico, compromisso com direitos sociais e civis. Não sei se vocês querem que eu passe um a um para a gente ir conversando ou se vocês se familiarizam através da publicação que estamos distribuindo para todos. Creio que fica menos cansativo para todos nós se vocês olharem nas publicações. Muitos têm interesses específicos em certos pontos.

Os 21 objetivos estão presos nesse guarda-chuva dos três objetivos estratégicos. Como eu disse, o primeiro são os direitos sociais e civis; segundo, desenvolvimento econômico sustentável com redução das desigualdades – são outros sete objetivos estratégicos e mais três objetivos que são: gestão descentralizada participativa e transparente.

Aqui tenho apenas um exemplo, não vamos passar as 100 metas, volto a dizer que está na pasta que vocês receberam, é apenas um exemplo geral. O objetivo 11, pegamos aqui um deles, que é requalificar os espaços públicos, tem três metas associadas a ele: requalificar a infraestrutura dos espaços públicos do Centro, implantar 42 áreas de conexão *Wi-Fi* aberta e criar 32 programas de requalificação do espaço público e melhoria de bairro.

Isso é uma constante na maior parte dos objetivos. É assim que está organizada essa árvore na pasta de vocês.

Associada a cada uma dessas 100 metas tem uma ficha de identidade, que é onde vocês vão conhecer claramente os detalhes de cada uma das metas. Tem o objetivo temático, a articulação territorial, aos quais ela está associada, e qual é a secretaria responsável - temos algumas definições de termos técnicos, porque obviamente quem milita na área ao ver um termo técnico já sabe de pronto o que é, mas a gente sabe que as pessoas que não dialogam com isso no seu cotidiano têm dificuldade de compreender. Há uma espécie de um glossário sobre isso. -; e o que vai ser entregue e algumas diretrizes de execução, quando for o caso.

Nós ainda não detalhamos, nem poderíamos ter feito isso nesse espaço de tempo e previamente há as audiências públicas. A gente não fez ainda a territorialização, que vamos entregar na republicação que faremos em junho e o prazo de cumprimento para cada uma das metas. Então, vamos colocar isso na distribuição do tempo e os prazos de entrega de cada uma dessas metas. A participação de vocês é fundamental para a gente conseguir detalhar isso também.

Aqui, especificamente, isso tem sido feito em todas as regiões, a gente mostra o que está sendo feito naquela subprefeitura.

A Subprefeitura da Sé, de alguma forma, tem três articulações territoriais que dialogam diretamente com ela, que é arco do futuro; o fortalecimento das centralidades e a requalificação da área central, obviamente.

Esses são exemplos de metas regionalizadas para a Subprefeitura da Sé. Também acho que não precisamos ser exaustivos em passar uma a uma, mas só quero chamar a atenção, por exemplo, aqui estamos colocando um Centro de Educação Infantil, uma Unidade de Rede Hora Certa, estamos sempre falando de metas mínimas. Como disse no início, apesar de ousados os números aqui colocados, a nossa ação não se esgota no programa de metas. Estamos mirando algo maior do que o que está colocado aqui, até para conseguirmos fazer essas entregas – vocês conhecem a máquina pública e sabem como isso funciona – temos de mirar em algo maior para conseguir fazer essas entregas.

Então o que estamos registrando aqui são metas mínimas. Em relação, por exemplo, a 10 mil novas unidades habitacionais, e algumas pessoas já chegaram a nos dizer algumas questões em relação a isso, é bom dizer que como o Prefeito colocou 20 mil novas moradias no Centro, e isso continua fazendo parte da nossa meta, ele está falando do Centro expandido. Essas 10 mil são estritamente na Subprefeitura Sé. E assim perpassam todos os objetivos e metas específicas da Subprefeitura da Sé, que podemos debater quando a palavra for aberta para vocês.

Além das questões específicas que temos para a Subprefeitura da Sé, também temos outras metas em processo de regionalização que obviamente vão dialogar com a Subprefeitura da Sé. Então como disse, nem todas estão territorializadas, outras quando forem territorializadas obviamente vão ter algum objetivo direto para ser cumprido na Subprefeitura da Sé. E aqui colocamos alguns exemplos, não é a totalidade, mas vamos garantir 100 mil vagas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico. Não temos isso ainda espalhado pelo território, mas obviamente vamos ter vagas para a Subprefeitura da Sé. E assim por diante.

Resumidamente é isso. Como prometido não quisemos nos alongar na apresentação. Vamos, além de ouvir a participação de vocês, tirar algumas eventuais dúvidas sobre o programa de metas. Estamos à disposição.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. MARCOS BARRETO – Agradeço mais uma vez ao Garib, sempre generoso e bastante companheiro no Governo, parabenizar pelo cumprimento do tempo estabelecido de 20 minutos.

Acho que faltou só uma coisa para explicar da nossa regra, vamos começar a chamar as pessoas para fazerem uso da palavra, três minutos para cada pessoa. Quando chegar aos dois minutos vou orientar que falta um minuto. E ao final da fala da terceira pessoa encerramos a inscrição de novas falas. Então quem ainda não se inscreveu tem até a fala da terceira pessoa que será chamada.

Tem a palavra o Sr. Fernando Beltrani.

O SR. FERNANDO BELTRANI – Boa tarde a todos. Meu nome é Fernando e sou voluntário da Rede Nossa São Paulo, Grupo de Trabalho de Meio Ambiente. Estamos protocolando uma carta com algumas sugestões nossas para esse plano de governo e também colocando, em anexo, o item 10, sustentabilidade ambiental urbana do plano de governo de 2012.

Vou ser breve, são só duas perguntas. Primeiro, queremos saber se todos os itens..

do plano de Governo estão contemplados no Plano de Metas; e gostaria de tomar conhecimento dessa comparação, pois não estamos vendo, por exemplo, alguns itens como a política de educação ambiental que está no Plano de Governo e não no Plano de Metas; além de outras políticas que são leis aqui no Município de São Paulo com redução de 30% das emissões de gases de efeito estufa, que não fazem parte do Plano de Metas.

A segunda parte é: queremos saber sobre o Orçamento da Subprefeitura desse ano; planos para o próximo ano e sua autonomia nas decisões participativas como consta no item 13 'Gestão, Participação e Modernização do Plano de Governo'. Obrigado. (Palmas)

O SR. PEDRO - Boa tarde a todos, meu nome é Pedro, faço parte da equipe do mandato do Vereador José Police Neto.

Nossa pergunta é mais uma reivindicação também com relação ao Plano de Bairros: que se inclua no Plano de Metas o Plano de Bairros dos 96 distritos de São Paulo. É só isso. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. ROSA SANTOS - Boa tarde a todas e a todos. Sou Rosa Santos, do Movimento Moradia para Todos – MMPT, no Centro de São Paulo, e a pergunta é – e o pedido também -: que o Artigo 5º da Constituição seja respeitado.

Temos direito a uma moradia digna; a reunir nossas famílias com segurança; a criar nossos filhos de maneira segura; que nossas crianças venham a ser cidadãos e cidadãs contribuintes, realmente, de nossa sociedade. Para isso, as leis precisam ser respeitadas.

Queremos desse Governo que não haja corrupção, nem arbitrariedade e muito menos negociatas na calada da noite para tirarem os cidadãos e suas famílias dos lugares onde estão, como temos visto acontecer constantemente.

É isso que pedimos, queremos e precisamos.

Outra coisa: queremos saber como ficarão as licitações, como serão feitas essas moradias, precisamos que, realmente, essas moradias venham para essas famílias que recebem de um a três salários mínimos e não para a classe média; que elas não vão para

essas empreiteiras, sabem, essas PPPs. Não queremos isso.

Nosso desejo é que seja tudo realmente público. Queremos ainda estar junto com a Prefeitura.

Gostaria ainda de falar sobre a Educação. Falou-se bastante, ali, de Educação e eu sou fruto de uma Educação de conhecimento e, por isso, estou aqui e consigo falar com propriedade de causa, ou seja, eu busquei conhecimento. E todos nós temos direito de receber um conhecimento público de qualidade.

Ali tem metas para novos CEUs. Gostaria de saber se vão continuar com administração pública ou se nós estamos preparando nossa educação para ser colocada nas mãos da iniciativa privada, tornando-se uma PPP. Educação não é negócio. Com Educação não se brinca.

Portanto, gostaria de saber se os funcionários continuam públicos. Se os funcionários da Educação conseguirem receber salários dignos. Essa é a minha colocação. Muito obrigada pela atenção. (Palmas)

O SR. MARCOS BARRETO - Obrigado a todas as pessoas que já fizeram uso da palavra, só destacando que já encerramos as inscrições na fala dessa nossa última companheira.

Quero lembrar que o sentido dessa audiência é registrar todas as demandas que aparecerem. Como já disse antes, tudo será respondido, depois, adequadamente. Não se trata de um cenário de debates no sentido de buscar respostas a cada colocação feita. Mas estou entendendo todos os pronunciamentos como falas reivindicatórias, de algo que eventualmente falte ao Plano, de algo que precisa ser complementado ou de algum direito que o cidadão quer frisar, claro, está garantido esse direito. Só estou adiantando que não vamos, nessa plenária, traçar um debate sobre os pontos colocados.

Vamos em frente.

A SRA.BEL - Algumas pessoas ainda preenchendo o papelzinho; esses estão

inscritos, já vou recolher. Para a próxima fala, vou chamar o Tarcísio Faria.

O SR. TARCÍSIO FARIA – Boa tarde a todos e a todas.

Saúdo a iniciativa. Voltar a ter diálogo é sempre importante. Colocar algumas preocupações.

Primeiro. Para a gente poder acompanhar melhor, acho que falta uma justificativa de cada uma dessas metas, quais são os critérios. Em que áreas elas vão se dar.

Queria lamentar profundamente que o Plano de Metas, o Plano de Cem Metas do Governo não tem uma, sequer, que fale em segurança alimentar, direito humano à alimentação adequada.

A primeira coisa que os governos neoliberais fizeram - depois do advento de Luíza Erundina ter posto João Carlos Alves como Secretário de Abastecimento, e termos promovido um seminário no Morumbi, falando da fome, pela primeira vez falando publicamente da fome, e constituindo a Ação da Cidadania, que é o maior movimento da história deste país, - foi acabar com a Secretaria de Abastecimento.

Ainda que a visão de abastecimento seja uma visão mercadológica, conseguimos implementar uma política de segurança alimentar e combate à fome e à miséria, de forma geral. E não existe uma meta! E não venha me falar que Bolsa Família resolve isso, porque não é disso que estamos tratando, é de uma coisa um pouco mais elementar.

Outra coisa que a gente não vê no Plano de Metas é a questão da inclusão digital. Quem detém a informação, detém o poder. Quem tem acesso à informação, tem acesso ao poder. Por isso, democratizar ela é fundamental.

E também não venha me falar que vai por Wi-Fi na Cidade porque quem tem smartphone tem. Não tenho smartphone. Preciso de acesso, acesso público, gratuito, de qualidade.

Quando se fala da questão da moradia, duas preocupações. Uma, que é assim, quando se fala da questão da área Central, colocam de novo 55 mil moradias. Não são 55 mil moradias

para a área Central. E uma preocupação fundamental, duas. Quando fala em 20 mil moradias, o Governo do Estado fala em 20 mil moradias, a PPP. Uma preocupação, os movimentos de moradia apresentaram o filé mignon da Cidade, historicamente, para os governos anteriores na disputa para espaço, e certamente o Governo do Estado vai querer ficar com esse filé mignon, entregar para as empreiteiras e dar, novamente, o resto para as casas populares. Então, tem essa preocupação, como é que a gente entra com essa PPP, com 10 mil moradias, 20 mil moradias no Centro expandido.

Por último, pensar em garantir as conquistas em lei, porque a gente vê muita canetada. Vou pegar um dado concreto. A Secretaria de Abastecimento virou Abast, Supervisão de Abastecimento ligada à Secretaria da Subprefeitura. Então, o Conselho de Segurança Alimentar do Município de São Paulo hoje é um folclore de uma supervisão que não serve para absolutamente nada. Não temos uma meta, sequer, colocada.

É isso. Obrigado. (Aplausos)

O SR. OTÁVIO MARCOS – Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui mais uma vez tentando contribuir como que é possível.

Primeiramente, quero dizer que, para vivermos dignamente, a Cidade tem de pensar em habitação, em transporte público de qualidade, em segurança, em saúde e em educação.

Neste diálogo com o Poder Público, trago grandes preocupações. Estão falando em dez mil e 200 unidades habitacionais na região central, mas não se fala onde. Atuo há 30 anos na região central e sei muito bem que, sem um banco de terra, não há habitação.

Sabemos muito bem que não há esse banco de terra. Porém, sabemos que há um vasto campo que o Poder Público terá de desapropriar e, a partir dessa desapropriação, fazer a negociação.

Os grandes espaços vazios dos estacionamentos cumprem a função social da propriedade? Lógico que não. Durante o dia servem para estacionar carros; à noite, ficam

vazios. Dentre essas áreas, inclusive há propriedades dos governos municipal, estadual e federal.

Estou falando de coisas concretas, reais, que conheço e da quais todos nós sabemos e vemos, mas não temos coragem de questionar.

Companheiro Marcos, se não tivermos a ousadia e a coragem de desapropriar esses grandes espaços vazios, não construiremos essas dez mil unidades habitacionais.

Estou falando de unidade habitacional, não de casa ou casebre. Casa significa quatro paredes. Necessitamos de habitação pública de qualidade, e o Poder Público tem de ter isso em mente.

Outra questão que quero abordar com propriedade é o transporte público. Não temos transporte público de qualidade na cidade de São Paulo ou no Brasil. Neste país, não há transporte público e sim transporte para o público e sem qualidade. Esses ônibus que circulam por aí não representam transporte público de qualidade. Paga-se caro para andar mal, ao mesmo tempo em que a Cidade está abarrotada de carros particulares.

Por que isso? Porque não há transporte público de qualidade, não há investimento em transporte público.

Ou a Prefeitura tem a sua própria empresa de transporte público ou ela está caindo no jogo do sistema capitalista. Mas estamos aqui para dizer que não concordamos com isso. E por que não concordamos? Porque uma cidade que não tem sua própria empresa de transporte público de qualidade é qualquer outra coisa, menos cidade.

Estamos à mercê, nas mãos dos empresários do transporte, uma máfia que faz o que bem entende e quando não pode aumentar o valor da passagem, incentiva seus funcionários a fazerem greve.

Não sou contra greve, muito pelo contrário. Temos de nos organizar para lutar e defender nosso salário, não para encher bolso de ladrão. Para, então, evitar que os empresários boicotem o transporte, a Prefeitura precisa ter sua própria empresa.

Por isso, meus companheiros e companheiras, encerro dizendo que não é com polícia na rua que vamos combater isso. Não adianta tirar da rua o povo – e não costumo usar este termo, que odeio, mas sou obrigado a falar – da Cracolândia. Precisamos de saúde pública. Por que não temos saúde pública para cuidar dessas pessoas que hoje estão doentes? Porque, por trás, alguém está ganhando com isso. Companheiros e companheiras, é com saúde e com educação que se dará a transformação social, em que homens e mulheres poderão ser iguais. (Palmas)

O SR. ANDRÉ LUIZ DA SILVA - Boa tarde a todos e a todas. Parabéns pelo evento. Sou do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e também Coordenador do Fórum Municipal de Transparência e Controle Social do Município de São Paulo, fruto da 1ª ConSocial, que aconteceu no ano passado no Anhembi.

Tenho cinco sugestões a fazer. Dentro do eixo temático 1, a meta 58 propõe uma alteração: que não se instale Wi-Fi, que é falho, mas que se instale tecnologia 4G na Cidade. E não somente em áreas públicas: que haja internet gratuita para toda a sociedade. (Palmas) Com isso, criaremos a Cidade Digital, que já há em 80 cidades, pois o Ministério da Ciência e Tecnologia tem verba para tal. Quemos que o Município de São Paulo se transforme em Cidade Digital, onde todos poderão se contactar e fazer a Cidade crescer junto com o Poder Público.

Proponho, no eixo temático, a inserção de uma nova meta: promover a educação fiscal para a cidadania. Como vamos ajudar o Poder Público, fiscalizando e controlando, se o cidadão não tem educação fiscal. Isso tem de ser estimulado nas pessoas desde a infância. Como disse o orador que me antecedeu, é através da educação e da saúde que faremos as transformações.

No eixo temático 2, a meta 13. Como eu disse, sou professor do IFSP, e contem conosco para colaborar com a inovação tecnológica do Município. Estamos ficando atrás de outras cidades que não tinham referência, e nós temos. Então, vamos lutar para isso. Fernando

Haddad foi Ministro da Educação, criou os institutos federais pelo Brasil afora. Então, estamos em boas mãos com o nosso Prefeito.

No eixo temático 3, meta 95: promover, na gestão atual, a continuidade da 1ª ConSocial – I Conferência de Transparência e Controle Social, que ocorreu no ano passado. Neste ano, teríamos a segunda conferência; no ano que vem, a terceira; depois, a quarta, e terminaríamos com a quinta conferência, trazendo a sociedade para colaborar.

Para finalizar, a meta 96. Foi deliberada, na plenária da I ConSocial, no Anhembi, a criação de Conselhos de Transparência e Controle Social. Estamos já na terceira reunião com a Controladoria Geral do Município – CGM – que está sendo criada agora, por lei, e em boas mãos, aos cuidados do Mário Vinicius Spinelli. O Spinelli foi um dos cabeças da CGU, em Brasília, para pegar não só os corruptos como também os corruptores. Então, que se crie o Conselho de Transparência e Controle Social no Município de São Paulo. Obrigado. (Palmas)

A SRA. _____ - Tem a palavra a Sra. Luzineide.

A SRA. LUZINEIDE BRANDÃO RAMOS – Boa tarde a todos e aos componentes da Mesa. Parabenizo o evento e agradeço pela oportunidade de estar dele participando. Sou representante do Partido Pátria Livre, da 6ª Zona, da área do Cambuci.

Acabamos de receber por escrito o Plano de Metas para estudarmos um pouco mais. Quero falar da questão do transporte. Nós discutimos - na época da candidatura do Miguel Manso, que foi o candidato do PPL a prefeito - um plano de transporte para São Paulo em que identificamos um corredor de 520 quilômetros. Esse corredor seria radial e passaria por todas as regiões da Cidade. Seria um expresso – VLP – e seria integrado com outros ônibus e cada bairro teria o seu ônibus circulando. Ali despejaria no corredor e só passaria aquele mesmo ônibus, indo e voltando várias vezes, com vários ônibus, mas uma mesma linha.

Dessa forma conseguimos identificar uma diminuição de tempo na base de uma hora a uma hora e meia para quem mora mais distante. Fizemos um ajuste e neste sentido viemos propor também que esses corredores já fizessem parte de uma coisa maior. Um

planejamento mais integrado à Cidade e não em pedaços.

Dessa forma é que vamos reforçando, com diz o GG, líder da nossa região, que vive e sabe das necessidades. Temos de fazer essa mudança, ou seja, saio do carro individual para o transporte coletivo. A qualidade do transporte como ele resgatou.

Outra questão que acho interessante é que nesse arco do futuro penso que falta o estudo de industrialização. O Partido tem uma tese, e não aceitamos a tese de ficar nessa que São Paulo virou cidade de serviços. Fizemos estudos econômicos e isso reduziu muito a renda do trabalhador paulista desde quando ele saiu da classe trabalhadora industrial.

Nesse sentido digo que trazer indústrias para o arco do futuro não é trazer aquelas indústrias pesadas, poluentes, etc. Tudo hoje é modificado, é com sustentabilidade possível e com isso melhoramos a renda da família em São Paulo.

Quero destacar que não vi aqui para o Centro o apoio aos idosos, a questão das creches, porque, inclusive, temos uma discussão que conceito de creche não é um despacho para as mães irem trabalhar apenas, é um conceito de educação infantil. Também a questão das unidades para atendimento à juventude. Moro na região do Cambuci, perto do Caetano de Campos, na Rua Pires da Mota; ali precisamos de um apoio para a juventude, de uma unidade local. Não somente os CEUs, com toda aquela estrutura que você vê quando chega lá. Tem de ter nas comunidades um atendimento à juventude, de trabalho, de capacitação para poder competir com todas as coisas que têm por aí.

Isso é o início, Subprefeito, do que temos a falar. Obrigada. (Palmas)

O SR. MARCOS BARRETO – Agradeço a contribuição da companheira e lembro que sempre há a possibilidade de escrever assuntos que, nesses três minutos, não seja possível abordar. É só para preservar um pouco o tempo, até em respeito ao conjunto das pessoas que estão respeitando os três minutos. Então quem tiver uma fala muito maior ou outras sugestões pode também fazê-lo por escrito.

A SRA. BEL- Acabaram as fichas, porque todo mundo pegou, teve gente que não

pegou, mas estamos com papel sulfite e caneta que vai ter a mesma validade. Quem quiser pode me pedir o sulfite e a caneta.

O SR. ISO – Senhores e senhoras, boa tarde a todos. Sr. Subprefeito, Sr. Secretário, meu nome é Iso, sou Presidente do Partido Pátria Livre na 3ª Zona da Santa Ifigênia, Bom Retiro, que é onde nasci e cresci e, como diz o João Bananeri, moro aqui até hoje. Também sou Diretor do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central e Conselheiro do Instituto Cultural Israelita Brasileiro, que fica na Rua Três Rios e esperamos que no seu plano de metas esteja a recuperação do Teatro Taib, que é um marco na história não só do Bom Retiro, mas da Cidade toda.

Ouvi com bastante atenção a preleção do Sr. Secretário, da ousadia do plano de metas, acho bastante saudável, mas elas não chegam ao patamar de atender as necessidades da nossa Cidade que tem 6% da população do Brasil. A gente ouve as 55 mil moradias, que é um marco importante, um número expressivo, mas certamente vão ter algum problema de seletividade, como se preocupa a nossa companheira do MMTT, em função da necessidade de cerca de 380 mil moradias para que todo o paulistano possa morar convenientemente.

Quero usar o centro dos meus três minutos colocando-me à disposição para fazer uma visita, conversar com mais detalhe sobre todo esse programa que a Lusineide colocou algumas coisas, mas temos mais coisas a falar sobre o saneamento público. Pode parecer uma questão mais geral, não só da Subprefeitura da Sé, que é a questão das microusinas biodigestoras, que é uma tecnologia nacional, e com valor entre um e dois bilhões podemos despoluir os Rios Tietê, Pinheiros e todos os nossos mananciais. E se não está diretamente contemplada no plano de metas, faz parte do logotipo que destaca exatamente os dois eixos do rio como o centro do arco do futuro.

Então acho muito importante. Quando falamos em um ou dois bilhões estamos falando em pouco dinheiro, porque gastaram-se cerca de 20 bilhões com dinheiro japonês, nos últimos três governos para dragar o rio, não para eliminar o problema da poluição e é preciso

olhar para ver como é que estão fazendo lá no Beberibe, no Capibaribe, como estão fazendo nas águas quentes de Goiás e assim por diante, que dá para fazer com pouco dinheiro.

Trago isso para a Sé porque sou filho do Bom Retiro. No encontro do Rio Tietê com o Rio Tamandateí havia uma localidade, um assentamento que chamava Favela do Gato. Na época da Prefeita Marta esse nome foi mudado, quando construíram as casas, para Parque do Gato. E com a despoluição do Rio Tietê – quem passa lá conhece bem a região -, poderá mudar se os moradores assim o permitirem para Balneário do Gato, porque vamos poder entrar nos Rios Tietê e Tamandateí limpos, voltar a pescar e tornar esta Cidade campeã de remo novamente.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. JOÃO DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos e a todas. Esta plenária é a demonstração inequívoca de que quem não luta está morto, porque nesse dia de chuva todo mundo está aqui fazendo a discussão.

Meu nome é João de Oliveira, sou militante da Conen – Coordenação Nacional de Entidades Negras e aproveito esses três minutos para falar rapidamente sobre três questões: educação, saúde e segurança.

Em relação à fonte de financiamento, sabemos que o pano é usado e dinheiro não dá em árvore. É um debate fundamental em relação à fonte de financiamento, de onde sairá o vil metal para se construir e aplicar esse plano ousado que está sendo apresentado para nós no dia de hoje.

Outra questão fundamental é sobre a educação. Completaremos dez anos que o Lula sancionou a Lei nº 10.369, que instituiu o ensino da História da África nas escolas e muito pouco aconteceu. Temos de resgatar isso e inserir, nesse mandato, nas escolas do Município, essa questão do ensino da História da África. Essa lei está há dez anos em vigor e isso não está sendo realizado.

O Plano fala sobre a questão da saúde: a meta para a área da saúde, hospital, o

CRAS, etc. Mas, o que me preocupou na campanha e continua me preocupando é a manutenção dessas malfadadas Organizações Sociais, que isso estima de pilhagem. Então, é contraditório vir falar na questão da saúde e manter as parcerias com essas OSs, que sabemos muito bem o que são esses empilhadores de recursos públicos. Vamos ter de rever isso. Caberá a nós fazer essa discussão com o Governo para realizar a revisão em relação à questão das OSs. Você não consegue fazer o Plano de Metas da Saúde mantendo essa parceria, que está há muito tempo fazendo a pilhagem de recursos públicos.

Outra questão é em relação à segurança pública. Li que vão fazer a revisão do papel da GCM. Entendo que o papel da GCM não seja espancar skatista na Praça Roosevelt ou ficar correndo atrás de camelô na Cidade. Precisamos dar uma reorientação. Mas, uma preocupação está no item relativo à tal Operação Delegada, que continuará a parceria com a Polícia Militar e colocará um terço dela para fazer policiamento. Isso tem que ser muito bem esclarecido, porque chega de violência na periferia. O jovem da periferia já está cansado de apanhar. É preciso fazer uma discussão muito séria em relação a isso para que a juventude negra da periferia não continue a ser espancada. Temos que fazer esse debate com muita profundidade.

Obrigado. (Palmas)

A SRA.BEL- Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Laerte Brasil, sou Presidente da Ação São Paulo Sustentabilidade e Vida. Primeiramente, saúdo o Subprefeito da Sé, a Subprefeitura da Sé por promover esse debate com a presença de todos e todas.

Vi o Plano de Metas para o esporte. O objetivo é desenvolver atividades de prática de esporte e lazer. Temos que avançar nas ideias, pois pesquisamos e só na região central há quase três mil menores na faixa de 6 a 17 anos na cidade de São Paulo acometidos pelo tráfico de drogas. Em todos os bairros da Cidade chegam a 145 mil. Essas crianças estão sendo vendedoras dos traficantes e, sem dúvida nenhuma, pessoas com 18, 19 anos estão

perdendo suas vidas.

Para alcançar um plano de esporte avançado para a cidade de São Paulo seria bom levar o esporte dentro das escolas e das entidades.

Com um plano avançado, deveria ser criada uma bolsa-esporte que seria no valor de 30% do salário mínimo. Poderia ser escolhida uma modalidade de esporte com amplas gestões, com técnicos e professores para ministrarem aulas práticas e teóricas preparando a juventude para pensar no futuro.

Na área habitacional, só aqui no centro são quase três mil prédios abandonados. Os proprietários devem IPTU há mais de 20 anos. Em toda cidade de São Paulo são mais de 195 mil imóveis, são casas abandonadas. Esses imóveis, acho, deveriam ser usados para implantar o projeto Minha Casa Minha Vida. Inclusive, poderia ser feito estudo, seriam novos empregos para novos empreendedores, tudo isso para a cidade de São Paulo.

Quanto ao meio ambiente, vocês sabem que o futuro do Planeta está ligado aos rios. Desde o descobrimento do país os rios estão sendo agredidos. O que foi feito pelo Governo Kassab e pelos governos anteriores? Pegam água suja, tratam, mandam as residências para os munícipes beberem. Para recuperar os rios só há uma solução: criar uma grande rede coletora, nos dois leitos dos rios, com o objetivo de captar a rede de esgoto, tanto residencial quanto industrial, que hoje jogam 1,250 bilhão de litros de sujeira no Rio Tietê. Hoje, a poluição desse rio está matando mil pessoas que moram num raio de 30 quilômetros.

Para encerrar, quanto a um plano de mobilização avançada, seria a construção de 210 quilômetros de metrô, até 2021. Também construção de 245 túneis avançados, 95 viadutos, interligando todas as cidades da região metropolitana. Sou contra o VLT, mas ônibus? São Paulo está cheio deles, tem que diminuir essa quantidade, criar ciclovias e construir mais metrô.

Teria mais a dizer, mas vou encerrar.

Obrigado pela palavra. (Palmas)

O SR. VALDIR TIMÓTEO – Eu sou presidente do *Movimento Inclusão Já*, que é um movimento social de cidadania para as pessoas com deficiência. Infelizmente, nas duas gestões anteriores brincaram muito conosco, deficientes.

Quero dizer que quando falamos “luta das pessoas que têm deficiência”, não é uma luta pessoal, mas para cada um dos senhores porque ninguém está livre de ficar deficiente.

Quando digo que brincaram com a gente, é o seguinte: o Presidente Lula sancionou decreto, gostaria que anotassem: decreto presidencial nº 5.296, de 2004, dizendo que tudo já deveria estar acessível e adaptado a fim de garantir acesso às pessoas com deficiência, nas escolas, em tudo. Esse decreto engloba tudo, tudo, inclusão, acessibilidade, tudo. E esse decreto não foi respeitado pelas duas gestões anteriores. Afirmando que qualquer plano que os senhores apresentarem não vai valer porque estará contrariando o decreto. Gostaria que a municipalidade respeitasse o decreto 5.296/04. O decreto estabelece que todos os equipamentos públicos, tudo esteja acessível e adaptado. Estamos em 2013, o decreto expirou em 2008, o prazo de cumprimento do decreto era em 2008.

Hoje temos aqui – desculpem-me a palavra – uma palhaçada, porque a Municipalidade revoga decreto federal, leis federais.

Hoje foi discutida nesta Casa a Lei das Calçadas, que diz que o passeio público é de responsabilidade do município. Poxa vida, é público ou privado? Porque o município tem de responder por uma coisa que é pública?

A Municipalidade deve chamar essa responsabilidade para si, fazer os passeios e reverter isso no custo do IPTU para o cidadão. Essa é a posição que a Municipalidade tem de ter.

Apesar de toda a discussão que foi feita nesta Casa, o Prefeito Haddad está parecendo bonzinho, que não vai cobrar multa, etc. Só que ele está descumprindo um decreto federal. Esta Casa está revogando esse decreto.

Então, o que eu gostaria de propor aos senhores é isto: que procurem um jeito de

chamar a responsabilidade para si. Depois, vamos colocar a manutenção para o município.

Outra questão é a seguinte: no Brasil, temos 45 milhões de pessoas com deficiência. Não é minoria.

Nascem crianças que nunca tiveram o direito de brincar na vida porque os governos estadual, federal e municipal, não se preocuparam em colocar brinquedos adaptados e acessíveis para as crianças com deficiência.

Gostaria que esse Governo que tem o Donato como Secretário, uma pessoa que admiro muito e que respeito, prestasse atenção e colocasse esses brinquedos em todos os parques públicos e privados da capital para crianças com deficiência, porque existe lei federal, sancionada pelo Presidente Lula, que até hoje não foi cumprida, infelizmente.

Protocoliei na Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência três solicitações de providências, nas quais peço o cumprimento da Lei 11.982, de 16 de julho de 2009, que estabelece que todos os parques tenham 5% dos brinquedos adaptados para crianças com deficiência.

Preciso falar sobre as Organizações Sociais. Tenho foto da AMA do Santa Marcelina. O Prefeito Kassab inaugurou vários equipamentos públicos – vários -, inclusive, de Saúde, sem atender os requisitos mínimos de acessibilidade.

Gostaria que este Governo respeitasse isso e contratasse mais pessoas para compor a CPA, Comissão de Acessibilidade Permanente da Cidade de São Paulo, que tem poucas pessoas para analisar os projetos, e esse quadro de pessoas tem de ser ampliado.

Era isso, por enquanto.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. ROBSON – Boa tarde a todas e a todos. Meu nome é Robson. Sou fundador e Presidente do Movimento Estadual da População em Situação de Rua.

Já que estamos falando de meta, gostaria que fosse pensada a questão de banheiros públicos para o centro de São Paulo.

Temos uma carência muito grande de banheiros públicos, fazendo com que haja conflitos da população de rua com os munícipes, devido a essa deficiência de governos que já vem de muito tempo.

Então, precisamos ter banheiros públicos e pensarmos, também, em aproveitar a própria população em situação de rua para ser gestora desses banheiros na cidade de São Paulo.

Outra questão que temos de estar preocupados com esse Plano de Metas é as enchentes na Cidade.

O centro da Cidade está blindado. Chove e a água não tem para aonde escorrer. Eu sempre digo, desculpem-me, que lei é feita para não ser cumprida, porque se fosse para ser cumprida, advogado morria de fome.

Diz a lei que os estacionamentos têm de ser com brita para que absorva água. A gente não vê isso na Cidade. A gente não vê isso em quase lugar nenhum. Então, precisa se pensar nesse projeto de metas para que possamos diminuir essa questão nesses dias de enchente, do sofrimento que vivemos no Centro da cidade de São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. BEL - Vou chamar o José Eribaldo, Robson Rosário e Juliana Belko.

O SR. JOSÉ ERIBALDO DE SOUZA – Boa tarde a todos. Meu nome é José Eribaldo de Souza, sou também do Cambuci, como a companheira aqui, e faço parte da UBS Cambuci, do segmento Usuários.

A minha fala não se restringe tão somente à questão da Unidade Básica de Saúde do Cambuci, onde há alguns anos a comunidade vem reclamando a ampliação e o espaço mais adequado para que essa Unidade Básica de Saúde possa atender aquela população.

Aqui está o companheiro Roberto Casseb, do *Jornal Cambuci-Aclimação* e que acompanha essa luta e é um dos subscritores dessa luta de já há alguns anos. Vejo que o programa de metas, como em qualquer governo, nada mais é do que um protocolo de

intenções. Alguém aqui falou com muita propriedade como cumprir um programa tão extenso e detalhado.

Quem leu a *Folha de S. Paulo*, hoje, o editorial aborda exatamente essa questão enigmática que é Haddad e a dívida: como trazer mais recursos para São Paulo, uma Cidade endividada pelos antecessores, e como cumprir um plano audacioso de metas.

Sem definir isso, sem que haja uma perfeita renegociação da dívida - São Paulo merece que essa dívida seja renegociada em patamares privilegiados -, pouco poderá fazer esta atual gestão. Não vejo de onde tirariam mais recursos ou como se buscaria recursos a fundo perdido pelo mundo afora.

Mas a colocação maior que gostaria de fazer, Sr. Subprefeito, é uma questão crucial. Eu, nos meus escritos até para o *Jornal do Cambuci* e a *Folha de S. Paulo* e para alguns amigos que eu chamo e denomino de exercício de cidadania, é a questão crucial que vários abordaram que é a habitação.

Quando o Prefeito fala em construir 10.200 moradias, 55 mil ou seja lá o número que for, qualquer construção, se é verdadeiro esse propósito, já deveria ter iniciado. Qualquer construção habitacional de um prédio de porte médio leva, no mínimo, 24 meses e, sendo otimista, 12 meses.

O GG, acho que foi ele quem falou, em banco de terras. Qual é o banco de terras que tem a Prefeitura de São Paulo? Nenhum, é zero. O banco de terras está nas mãos das grandes empreiteiras, dos grandes capitais que têm a sua sede em Nova York, como a Cyrela.

Cheguei em São Paulo em 1960. Já havia *déficit* habitacional. Lembro-me de que o meu saudoso pai comprou um terreninho na periferia, na longínqua São Miguel Paulista, que tivemos de pagar duas vezes, porque compramos na época em que havia atravessadores de terra. Construíamos de dia, de manhã; e à tarde, a Polícia Militar ia lá e destruía tudo. É esse filme a que assistimos e que se repete. Aliás, recentemente houve a reintegração feita em São Matheus. Isso tem a ver com a omissão irresponsável dos inúmeros administradores do

município de São Paulo, dos inúmeros governadores de São Paulo e dos inúmeros Presidentes da República.

O que deixo bem claro para esta Administração é que esse programa de metas não pode simbolizar um aceno, uma embromação, para se ganhar tempo e jogar todas essas pessoas, os mais conscientes da sociedade, mobilizadas para uma eventual reeleição da Sra. Presidente. Temo por isso. Gostaria que fosse aclarada onde está a questão habitacional e como esse Governo vai desenvolver essa carência da sociedade paulista.

Deixo aqui o meu recado. Estamos numa luta para otimização do quadrilátero onde se encontra o UBS do Cambuci. Ali há três equipamentos sociais. Há a Secretaria Municipal de Esportes, com o balneário. De outro lado, há a EMEI Regente Feijó, num quadrilátero imenso, numa área privilegiada de São Paulo. Ninguém desenvolveu, até hoje, um programa que viesse ampliar e otimizar a utilização desses equipamentos.

Por último, só estou secundando um pedido de uma mãe, sobre creches em São Paulo. No nosso bairro, isso é crucial. É comum pela manhã, encontrarmos, pelas ruas, mães carregando seus filhos no colo, dois ou três bebês num carrinho, levando-os numa distância imensa, para ficarem, por meio período, na creche. Isso tem de ser modificado. Hoje mulheres trabalham praticamente durante todo o dia, Dedicadas, contribuem com o orçamento familiar. A creche deve ser em período integral, das 7 da manhã às 7 da noite. Dizer que não há creches é admitir a omissão do Município e do Estado. Precisam construir.

Só cito um exemplo. Temos o antigo Colégio Anglo-Latino...

A SRA. BEL – Tem a palavra o Sr. Robson.

O SR. ROBSON – Boa tarde a todos. Estou aqui como cidadão paulistano. Venho dar um depoimento. Amo muito esta cidade. Nos últimos seis anos, também estou trabalhando como funcionário, como engenheiro da Prefeitura Municipal de São Paulo. Tenho certa experiência de vida profissional. Tenho trabalhado dentro da máquina. Perguntamo-nos por que coisas não funcionam. Vejo que, nesse plano de metas, está faltando um item para

modernizar a máquina do Governo. Vemos a atuação nos sintomas e não na causa dos problemas. Tenho lido sobre isso e procurado outras pessoas que trocam ideias dentro e fora da Prefeitura. Tenho participado de alguns movimentos sociais, como cidadão. Tenho todo direito de participar com os senhores, para serem resolvidos impasses.

Dentro da máquina da Prefeitura, há muitos impasses. Há muitas pessoas competentes desmotivadas, para não falar do salário também, que está congelado há vários anos. Há um movimento de greve para os próximos dias, justificado na minha opinião. Há também um movimento do Sr. Prefeito, para conversar sobre isso. Aliás, S.Exa. está reconhecendo o problema.

Estou trazendo especificamente aqui duas sugestões que não são minhas, as quais vale a pena darmos atenção, do Sr. Fábio Comparato, professor emérito de Direito da Faculdade de Direito de São Paulo. Ele sugere no jornal *Brasil de Fato*, numa recente reportagem de alguns meses atrás, que sejam criadas câmaras de arbitragens, para serem discutidos impasses administrativos internos da Prefeitura, para evitar a imposição de soluções, por meio do autoritarismo, frente à ignorância do problema, já que não conseguimos resolvê-lo pelo diálogo. Ele também dá uma outra sugestão, criação de métricas, para se medir a eficiência do serviço público dentro da máquina da Prefeitura, que também não é medido. Então, tudo isso fica muito arbitrário. Há ineficiência, o funcionário não trabalha, mas ninguém mede isso. Então, estou trazendo para o plano de metas essas duas sugestões, vindas de uma pessoa respeitada no ramo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. MARCOS BARRETO – Para participar da Mesa convido o Vereador Nabil Bonduki.

Tem a palavra a Sra. Juliana.

A SRA. JULIANA – Trago aqui algumas questões, sugestões que não encontramos no plano de metas. Sou da área ambiental. A primeira falada, no início, é sobre uma meta que

aborda e consolide a política municipal de educação ambiental, com o funcionamento de uma comissão interinstitucional municipal de educação ambiental, com participação de representantes dos poderes públicos municipal, estadual e da sociedade civil. A segunda sugestão é a inclusão de uma meta que aborde elaboração e realização de um programa de educação ambiental, com foco na gestão de resíduos sólidos para a população em geral e nas escolas públicas e privadas do Município. Um dos objetivos do programa de metas é se aumentar a coleta seletiva de 2 para 10%. Não há como isso ser feito com a população. Ela não está conscientizada. Não há uma educação ambiental voltada nesse sentido no Município de São Paulo. Pessoas têm informação do que é coleta seletiva, mas não sabem como fazer isso. O que há, na cidade, são caixas verdes grandes com bocas pequenas para a população colocar recicláveis. Isso não soluciona esse problema. Outra sugestão para o plano de metas é com relação à plataforma de apoio à agricultura orgânica, assinada Sr. Prefeito na sua campanha, para efetivar esse problema, com ampla participação da sociedade civil. A quarta sugestão do grupo de pró-viabilização da compostagem na cidade de São Paulo, na porcentagem de 30% de resíduos orgânicos gerados no Município até 2016, incentivando a compostagem local e descentralizada em nível domiciliar, institucional, empresarial e municipal, com segregação nos resíduos na fonte e corresponsabilização nos geradores.

Queremos compostagem que não seja de grandes empreendimentos – que passe caminhão de lixo pegando composto e levando para a usina, gerando mau cheiro nos bairros que tem esses lugares –, queremos compostagem domiciliar e minhocário, e que isso seja incentivado nas praças.

A última reivindicação que tenho é com relação às hortas urbanas, que não estão contempladas no Plano de Metas.

Estamos passando por um movimento de hortas em praças públicas na cidade de São Paulo, e a Prefeitura não as respeita. A Horta Vegana, próximo à Praça do Ciclista, foi destruída por funcionários da Prefeitura.

Queremos que as hortas sejam consolidadas no Plano de Metas.

Obrigada. (Palmas)

O SR. ROBERTO KASSEB – Boa tarde a todos. Sou do jornal do Cambuci e Acimação, trabalho na Secretaria de Esportes, e participei do Programa de Governo de Haddad como coordenador da parte de esporte e lazer.

Na gestão da Marta, construímos, nos quatro anos, um processo muito interessante de debate com a sociedade civil. Tinha na nossa região o PRIH Glicério. Mas, com o Serra e com o Kassab, essas formas de organização civil foram praticamente destruídas. E o que queremos é que essas organizações se restabeleçam, porque tudo o que foi falado aqui passa pela participação popular. Temos conselhos gestores de parques públicos e áreas verdade – Parque da Acimação, Parque do Ibirapuera, Parque do Carmo –, conselhos gestores de UBS, e outros conselhos que possam ser criados, e esperamos que eles sejam fortalecidos. Que a Prefeitura tenha a intenção de fomentar o seu fortalecimento, e que eles sejam realmente atendidos, porque são eles que ajudar na gestão da Cidade. Isso é uma sugestão.

Quando discutimos a questão, da qual o Nabil também participou, sempre surgiu a discussão de como faríamos a integração das várias temáticas, e de como iríamos fazer isso funcionar, como iríamos otimizar as áreas públicas.

Na Secretaria, acabei assumindo a tarefa de fazer um levantamento das áreas da Secretaria de Esportes, que é a que mais tem área pública em São Paulo. E muitas dessas áreas viraram praças – os campos de rodízio, principalmente –, ou empreendimentos, enfim. E essa tarefa é para atualizar as áreas públicas de São Paulo, porque, por incrível que pareça, não sabemos as áreas que temos. É impressionante. Tomei um susto quando comecei a correr a Cidade – já fui para as regiões Leste e Sul. Vejo áreas que são do Município, mas que estão abandonadas, ou, enfim, sendo subutilizadas. Creio que isso vai ser importante. E as Subprefeituras têm um papel importante nisso, porque elas podem contribuir para a busca dessas áreas.

Queria colocar essas questões, até para que as desenvolvamos depois. Não vou entrar em pontos temáticos, mas gostaria de falar de uma questão ligada à área de esportes.

O projeto de criar parques de esportes radicais no Parque Dom Pedro, que está no Plano de Metas, foi uma sugestão da Federação Paulista de Skate que incorporamos e debatemos com Haddad, na coordenação do programa. O projeto representa uma forma de ocupar espaço, ocupar território em São Paulo, que entra na questão do uso errado dos espaços, com o crime, enfim, e por isso eles acharam interessante. Não adianta apenas aumentar a segurança pública, colocar mais polícia na rua, porque as pessoas vão ocupar os espaços que nós não ocupamos. Tem até aquela fala: “Ah, vamos tirar as crianças da rua, dando mais esporte, lazer e cultura”. Bobagem isso. Temos é que pôr as crianças nas ruas, justamente para ocupar esses espaços com segurança, com dignidade. É isso que temos de fazer.

Obrigado. (Palmas)

O SR. TIAGO CARRAPATOSO – Boa tarde a todos. Começo a discussão me dirigindo ao Sr. Subprefeito: se você quer realmente abrir o diálogo, crie estruturas para que consigamos conversar com a instância pública, só que não somente em reuniões assim; que fiquem mais estruturadas, além da sua gestão. Abrir a conversa para cá é muito fácil. Agora, estruturar isso para gestões futuras é mais difícil, é mais complicado.

Sou colaborador do Movimento Baixo Centro, um movimento autônomo, independente, não tem ligação com a Prefeitura, com empresas. Trabalhamos pela e para a sociedade civil, organizamos o festival de rua. Esse é um festival que está acontecendo agora, termina amanhã, e foi responsável por colocar os balanços no Minhocão justamente para humanizar, para trazer as crianças para as ruas, para colorir toda a região central.

Já que a reunião é sobre as metas, vou ficar focado nessa pauta. Quero então comentar sobre a Virada Cultural. Entre outras coisas, estão dizendo que vai acontecer o evento, só que focada no centro. Depois vai ter mais duas descentralizadas. Essa ideia de

centralização e descentralização, incluindo Cultura, eu acho perigoso, principalmente envolvendo dinheiro público. A Virada Cultural, se formos ver, são gastos oito milhões por dia, a agente do festival conseguiu fazer 530 atividades durante dez dias usando 72 mil reais, ainda com financiamento coletivo. (Palmas) Obrigado a vocês que se engajaram e ajudaram no processo.

Outro aspecto são as metas que falam sobre a requalificação do espaço público no centro. As duas, a meta 57 e a 59 comentam sobre a requalificação, sobre a estrutura do espaço público, só que não determinam o que vai ser. As observações estão em branco, não há descrição do que é. Mas a meta 83, que trata das obras da Radial, para ela está tudo estruturado, delimitado, inclusive quantos metros vão ser modificados. Então, para as metas que vão envolver carros, estruturas urbanas e outros tipos de companhia por trás, eles delimitam bastante. Agora, as que envolvem pessoa, nós ficamos sem saber o que vai acontecer.

Nesse meio tempo, já que trabalhamos com festival de rua que leva o povo às ruas para fazer esse tipo de ocupação, quero pedir ao subprefeito para pensar como é que podemos pensar as praças públicas para podermos usufruir. Seriam banheiros públicos, bebedouros, banco, o que precisa ser feito ou estruturado.

Li a sua entrevista no *Brasil Atual* falando do festival. A ideia de a gente ser um movimento autônomo é justamente para mostrar às pessoas que a sociedade civil consegue organizar atividades culturais sem precisar da Prefeitura. Conseguimos ir às ruas e fazer certo tipo de ocupação sem precisar pedir autorização porque somos respaldados pela lei. É interessante então pensar que o festival é uma criação de cultura não só para depender da Virada descentralizada, mas que conseguimos usar os espaços públicos conscientemente e levar a arte para outros lugares que não só na região central como é focada a Virada Cultural.

(Palmas)

O SR. ALBERTO GATONI – Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa. Sou morador e

trabalho no centro. Quero dizer que não existe mérito algum em se fazer um Plano de Metas. O mérito está em cumprir. (Palmas) Espero que a Prefeitura cumpra, de fato, aquilo que promete.

Vejo o Plano muito modesto no que diz respeito à segurança e limpeza pública.

Aproveitando a fala do meu antecessor quando fala da requalificação e infraestrutura do espaço público do centro, fala em requalificar, mas o quê? Teria de ordenar os problemas, qualificar, e requalificar é rever o problema colocado. Nós não temos uma palavra sobre a recuperação do centro histórico, que está abandonado, está um caos. Os monumentos estão pichados, foram roubados. Na Praça da República existem apenas três bustos, falta uma orelha no cachorro de mármore – é incrível – que está no Largo do Arouche. Tudo está depredado e fica por isso mesmo. Gostaria de saber se a Prefeitura vai recuperar o centro histórico.

Por último, quero saber qual o peso da palavra que temos hoje, aqui? E cito todos que antecederam e os que virão depois de mim. Que peso terá, que importância terá falarmos de todos esses problemas? Como será tratado, como será revisto?

Era só, obrigado. (Palmas)

A SRA. MARIA BATISTELLA – Boa tarde a todos. Eu faço parte do Conselho Municipal do Idoso, represento as regiões Centro e Centro-Oeste.

Vou ler alguns pontos porque não tenho o hábito de falar em público. Das 100 metas que eu li, não vi nesse calhamaço de objetivos escrita a palavra “idoso”. Como a população tem atualmente 12% de idosos, mas com a perspectiva de crescimento rápido, o Governo não tem olhos ou projetos para o segmento? Creio que deveríamos ter então 101 metas porque é um segmento que está em crescimento constante, com muitas necessidades de atendimentos especiais.

Com relação à gratuidade do ônibus que os idosos têm aqui em São Paulo, existe um obstáculo muito grande que é o acesso ao ônibus. A escada que dá acesso, eu medi, mede 43 centímetros. É para idoso atleta! Ou tem que passar pelo vexame de alguém ter que auxiliar

para ter acesso ao ônibus. Muitos não saem de casa para não serem constrangidos.

As calçadas do centro, da Bela Vista local em que resido, estão uma calamidade. Num raio de cem metros eu posso citar dez irregularidades. Vou passar por escrito à Subprefeitura, vou protocolar para facilitar.

O piso tátil para orientar o deficiente visual está desorientando. Tem piso tátil que indica onde está o orelhão e não existe o orelhão, só tem o piso tátil. Tem piso tátil em que foi fixado ponto de ônibus, as estacas de sustentação estão sobre o piso tátil. Para andar 50 metros dá umas cinco topadas. E muitos terminam no muro. E é tudo aqui pertinho, não sei como está a cidade inteira, deve estar uma calamidade.

Era isso que eu tinha a dizer.

Espero que sejamos ouvidos. Obrigada.

O SR. CARLOS BEUTEL – O Plano de Metas é um passo importante para a cidade discutir os seus problemas. Ele foi criado por sugestão do movimento *Nossa São Paulo* a partir de uma visita a Bogotá, que era uma cidade extremamente conflituosa pela criminalidade, tráfico de drogas, criminalidade e a partir de um compromisso social criou-se o *Bogotá, Como Vamos?* E o nosso Plano de Metas também foi a partir de uma sugestão, só que em Bogotá o Prefeito pode perder o mandato se não cumprir as metas.

De qualquer forma este é um momento importante para a cidade, para uma Subprefeitura com oito distritos, muito grande, cada um deles com seu problema local. Mas queria sugerir porque tem no Plano de Metas a criação dos conselhos gestores. Acho que esses conselhos são muito burocráticos, vão estar atrelados à Câmara Municipal, o que não é bom. Quero sugerir ao Subprefeito que instituísse um fórum na Subprefeitura da Sé, um fórum informal, como já teve tentativa de um subprefeito instituir em outra Gestão, mas estava em final de mandato. As sugestões que a população nos traz são lógicas, sensatas, de quem vive, mora e trabalha no local. A comunidade, melhor do que ninguém, do que o Prefeito, do que o subprefeito, que mora no Cambuci, que conhece a UBS, é para resolver os problemas.

Queria fazer uma sugestão concreta, seria instituir um fórum informal porque temos um grave problema porque cada segmento discute entre si, mas não compartilha com outros. Então, seja movimento de moradia, associação comercial, cada um fica em seu quadrado e a gente nunca confronta as ideias para chegarmos a um senso comum. Essa é a graça da democracia, não temos inimigos, temos opositores de ideias, mas temos de debater preservando a palavra de todos.

Sugiro então – Subprefeito – a instituição de um fórum do Centro. Até vou dar sugestão devido a minha experiência. Ele tem que ser semanal em que um conselho também informal veja os assuntos a serem debatidos, durante três semanas. Por exemplo, banheiros públicos é uma demanda longa, e é relativamente simples. Como o Robson falou, podia ser gerido pelos movimentos de moradia. Pode cobrar 0,50 centavos! Na Europa cobram, por que não podemos cobrar? Só se a pessoa não tiver mesmo condição.

Por exemplo, no Plano de Metas estaria a sugestão da construção de um piscinão no Anhangabaú. Já discutimos o assunto em um fórum do Centro. O piscinão não é viável nem moderno, precisamos tornar permeável o Vale do Anhangabaú, é mais adequado ecologicamente. (Palmas) É bom saber que o Vale do Anhangabaú é uma área de 500 hectares, começa na cabeceira do Museu de Arte de São Paulo, Avenida Liberdade, Avenida da Consolação, é uma área enorme toda impermeabilizada, e dá pra desimpermeabilizar. Podemos criar muitos parques nessas áreas. O piscinão será dinheiro jogado fora, irá parar nas mãos das empreiteiras, como sempre acontece. Além de ser criadouro de ratos, etc.

A questão do calçadão tem que ser debatida pela comunidade, ela sabe o que é preciso no calçadão. Temos estudos nesse sentido.

Também há coisas simples, mas importantes para São Paulo, como são as oito fontes abandonadas no centro da cidade. Impensável ter a fonte do Anhangabaú abandonada. Ali é um lugar para namorar, passear, criar uma estrutura de lazer, de compartilhamento de espaço público.

Subprefeito, quero deixar a ideia, a audácia de criarmos um fórum semanal, informal e o senhor estar presente, uma vez por mês para ouvir o que a comunidade decidiu.

(Palmas)

O SR. JORGE DUARTE – Boa tarde a todos, a todas. Sou da Fecomércio. Na verdade, presido um conselho de desenvolvimento local em que participamos do Plano do Bairro da Bela Vista. O tema que vou colocar é referente à meta 98 – Plano Diretor Estratégico. São sete pontos para o debate, quando vier o debate do PDE.

O primeiro aspecto é discutir, é definir qual será a menor escala territorial, distrito ou bairro? Hoje em dia, algumas identidades comunitárias não necessariamente se identificam com um distrito especificamente. Precisa ser definido nessa discussão.

O segundo aspecto é a autonomia para que os planos de bairro sejam feitos com a comunidade local, com a participação da Prefeitura. O três é definir que esses planos façam parte do Plano Regional Estratégico das subprefeituras.

Quarto, definir um método, uma estrutura de como as pessoas podem se organizar, se articular e garantir participação e interação da comunidade nesses planos e uma estrutura que defina quais são os pontos que entram no plano. Assim como o Plano de Metas definiu se são eixos, objetivos, que os planos de bairro possam ter essa estrutura definir a abrangência desse plano de bairro, ou seja, aquilo que se insere dentro daquele plano que seja também da autonomia da comunidade, não necessariamente que esteja escrito lá, que possa se colocar infraestrutura, isso ou aquilo. Hoje fui citar um exemplo dos jovens da periferia tem tal problema e precisam de soluções. Essas coisas podem estar sim dentro do plano de bairro que pode estar inserido ainda no plano regional estratégico.

Que se possa criar uma governança na subprefeitura com esse conjunto de representantes de planos de bairros e por final era a mesma proposta que foi feita agora que termos um fórum permanente de desenvolvimento local onde se faça toda a gestão do plano da subprefeitura e que, de alguma forma, todos possam participar.

O SR. JOAQUIM VIEIRA DE SOUZA – Boa noite. Sou do MMPT do Centro e minha pergunta é sobre a meta 34. Como vocês vão melhorar a segurança no Centro velho, nas regiões onde há mais risco, principalmente, à noite, com 2000 GCMs em treinamento e seis mil no total? O Centro velho funciona 24 horas por dia e a gente que chega tarde da noite tem um certo risco, pois aqui no Centro há muitas residências entrelaçadas e muita gente que trabalha aqui saindo na madrugada para ir embora.

O SR. EDSON SILVA – Boa tarde a todos. Sou conselheiro do CADEs, da Regional Sé, e a questão ambiental, uma moça comentou aqui, gostaria que você participasse das nossas reuniões, pois podemos debater muito sobre essa questão ambiental. Elas acontecem na segunda quinta-feira do mês e compactuo do Fórum informal, só para esclarecer, mas estamos aqui e não foi falado que nós moradores da nossa regional temos três situações: o trabalhador que vem para o nosso local, o final de semana que pessoas vem passear no nosso local de moradia, então, durante a semana temos o problema de estacionamento, o problema de bares, cheiro de restaurantes, enfim, e no final de semana temos as baladas com carros passando. Somos uma regional atípica. Claro que no final de semana as outras regionais ficam com o tuc-tuc na sua porta também. O garotão pega o carro...enfim é mais essa questão de ter o conselho dentro da Prefeitura.

O SR. RENATO RENATINHO – Boa tarde para todos os companheiros. Falo enquanto assessoria do nobre Vereador Nabil Bonduki, como membro do comitê da população de rua, que é o comitê intersetorial, coordenação estadual do movimento nacional de população de rua. A minha fala vai ser um pouco em cima do que a gente que está na rua acaba sabendo. Tenho algumas preocupações que o Marco sempre esteve à disposição de negociar conosco em qualquer tipo de dificuldade que tenhamos. Vi uma conversa muito perigosa a respeito da questão dos megaeventos e os companheiros levantaram a seguinte questão: que a FIFA vai fazer uma faixa de segurança no entorno. Isso foi com o grupo de Brasília que conversamos a respeito. Depois posso passar os informes.

A FIFA é que vai tomar conta da nossa terra? Quem vai acompanhar isso? Isso é boato? Porque são as conversas de pessoas de lideranças de governo e, particularmente, estou muito preocupado com isso. Porque a Copa do Mundo vai ser um cavalo de batalha e temos de estar junto.

Outra coisa que estou sentindo a falta é que mudaram a Nova Luz, agora é Nossa Luz, a questão é que, até então, isso está vinculado com o companheiro nobre Vereador Nabil, que inclusive é o relator do Plano Diretor. Só que até agora, por exemplo, não temos nada de concreto. Nós temos de participar.

Há uma questão que desde a época da Erundina eu me preocupava com isso, mas não tinha como interferir e é a questão principalmente da coleta seletiva. Educar esse povo para de fato se reciclar. O Brasil tem o lixo mais rico do mundo e nunca houve a reciclagem, então, espero que o Haddad neste governo tenha a sensibilidade para resolver esta questão. Porque além de você fazer um trabalho para o meio ambiente, você gera renda, está incluindo pessoas na sociedade. E é um sonho porque até agora nenhum deles teve vontade política para fazer isso.

Para concluir estamos passando através do comitê um avanço e estamos avaliando esse tipo de sensibilidade ao abrir espaço para falar, coisa que nos governos anteriores a gente era considerado como invisível. A questão da reciclagem é justamente acerca da distribuição de renda e o governo tem mostrado que vai fazer a diferença e que vamos construir juntos com o nosso Prefeito e toda a Bancada para termos um bom resultado.

A SRA. CRISTINA ARAÚJO – Boa tarde a todos. Gostaria de reafirmar a fala do Eribaldo. Sou do Conselho gestor da UBS Cambuci e estamos há mais de oito anos lutando pela ampliação da unidade.

Dentro das metas existe a questão da construção de 43 UBSs e requalificação e qualificação. Estamos já há mais de oito anos lutando pela ampliação da unidade.

Dentro das metas, existe a questão da construção de 43 UBSs, requalificação e

qualificação. Então, o que a gente está pedindo para o Subprefeito e para as autoridades é que lutem por equipamentos de saúde no Centro, porque, se vai haver mais 10 mil moradias populares aqui, quanto de moradores não vai aumentar? Isso porque já está havendo uma verticalização do Centro, não é?

Então, precisamos ter mais UBSs, mais AMAs, UPAs, Horas Certas, tudo quanto é equipamento, e esses equipamentos têm de ser integrados. Uma sugestão seria, naquele quadrilátero, em que existe nossa UBS, que, de 14 mil metros quadrados, a UBS só detém um espaço de 380m². E nós atendemos agora uma população de 80 mil pessoas. Por quê? Porque a Liberdade não tem UBS; a Aclimação não tem UBS, entendeu?

Está muito lotado, portanto, precisamos pensar nisso. Quer dizer, se vai haver mais habitação popular, vai ter mais gente e isso vai impactar tudo, principalmente na Saúde, que já está um caos, não é?

Outra questão é que, nessa requalificação do quadrilátero, há o Clube Escola - que também é um espaço subutilizado, quer dizer, teria de fazer um projeto ousado e colocar mais equipamentos esportivos e tudo - e a EMEI, que hoje tem um déficit de 150 crianças precisando de creches etc. Então, precisaria fazer um projeto ousado, como se fosse um miniCEU, uma coisa moderna em que as pessoas se sintam bem, tenham a educação, tenham a saúde e tenham o esporte junto, integrados. Isso é uma conversa entre Secretarias que tem de haver.

Outra questão é a da moradia. Lá no Cambuci, temos várias moradias precárias, entre cortiços, ocupações etc. Se esses imóveis que vão ser construídos lá vão demorar um pouco, o que podemos fazer em termos de Meta, na Subprefeitura, é tentar também, emergencialmente, conseguir habitação, não em termos de propriedade, mas em termos de uma moradia digna. Por exemplo, hoje, as pessoas que estão aí nessas áreas ganham aluguel de 300 reais, aluguel social. Então, o pessoal vai ficar esperando a construção dessas unidades populares? Não, acho que se tem de pensar numa forma de assistência social, de

valorização dessas pessoas que já estão no Centro, no sentido de aumentar esse valor do aluguel social e também de melhorar as condições de habitação que existem atualmente, já, nesses cortiços, nessas habitações precárias, uma coisa emergencial. Acho que pode ser colocado um Programa de Metas e eu não vi.

É isso. Obrigada. (Palmas)

A SRA. VALÉRIA DA SILVA DO NASCIMENTO - Boa tarde, senhoras e senhores.

Sou Valéria da Silva do Nascimento. Estou no Centro da Cidade há muitos anos, desde a época da Erundina.

Hoje temos, sim, esperança, que hoje temos um novo Prefeito, que batalhamos muito e conseguimos e colocamos toda a esperança nele para que ele realmente, durante esses quatro anos, realize um sonho nosso que, felizmente, foi uma batalha muito grande e que, depois de quatro anos do Governo Haddad, a gente quer ter um bom resultado. Isso porque a gente esperou oito anos de nossas vidas para termos um resultado, principalmente na moradia, incluindo tudo o que o pessoal falou aqui.

Então, pergunto ao Subprefeito da Sé, pois já tivemos coronéis e, infelizmente, todo mundo sabe disso, o quanto sofremos com esses Coronéis: Coronéis Chefes de Gabinete, Coronéis Subprefeitos. E aí eles não recebiam a gente, cortaram tudo o que a gente tinha. Fizemos um abaixo-assinado da Praça Júlio Mesquita, toda a comunidade assinou, levamos para o Coronel. E o que ele fez? Fez um cercado e a Praça Júlio Mesquita está lá, não sai, não decide, não se faz nada.

Então, hoje, pergunto ao Subprefeito: "Vai andar a Praça Júlio Mesquita?". Pelo amor de Deus!

Nós moramos ali e sabemos muito bem: aquela Praça Júlio Mesquita tem um chafariz muito lindo. Infelizmente, fizemos um abaixo-assinado, justamente para preservar aquele chafariz.

Vou me apresentar um pouco melhor: sou Valéria da Silva do Nascimento, sou

Presidente da Associação Guaianases por Moradia. Refere-se à Rua Guaianases não ao bairro Guaianases. Trata-se daquela rua em que ninguém entrava. Fizemos um trabalho muito sério e, graças a Deus, por incrível que pareça, dá para uma família passar na Rua Guaianases.

Agora eu também vou me apresentar mais uma vez: sou Conselheira do projeto da Nova Luz, que, agora, não é mais Nova Luz. É o que Subprefeito? Acho que mudaram o nome. É o quê? Nossa Luz.

Todos nós fomos Conselheiras desse projeto, mas fomos contra. Eu estava na mesa, discutindo, mas contra. Gostaria muito de saber qual é o papel do Plano Diretor da área da ZEIS, inclusive a área ZEIS 16, na Nova Luz. Porque o que colocaram para a gente é que não dava para atender a população que hoje mora, trabalha na Nova Luz.

Então, gostaria muito de ter uma resposta hoje do Subprefeito: como vai ficar a Nova Luz, digo, a Nossa Luz?

Vou concluir rapidinho.

Temos uma escola de samba que se chama Nova Luz, lá na Nova Luz. Está registrada no cartório. (Palmas) Como é que vou chamar agora? (Risos) Então, gostaria muito que o Subprefeito me desse todas as respostas porque foi louvável, foi uma campanha árdua, bacana. Temos os nossos: Nabil, que me conhece e eu o conheço - Nabil, graças a Deus, voltou; Plano Diretor. Então, agora, tenho certeza absoluta que a gente vai concluir tudo isso e as moradias nossas vão ser concluídas.

Outra coisa também: gostaria muito da resposta sobre como vão ficar os movimentos e as associações no Plano de Metas; como que as associações e os movimentos vão ser cadastrados no Plano de Metas da moradia.

Obrigada, gente. (Palmas)

NÃO IDENTIFICADO - Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa.

Antes de tudo, gostaria de parabenizá-los por essa iniciativa, que há muito tempo não tínhamos um Governo tão democrático, que convocasse toda a comunidade para discutir.

Este momento é muito importante.

Como foi dito no começo, este Plano de Metas não é definitivo, ele está sujeito a variações, está sujeito a mudanças. Acho que o Conselho de Representantes, que está sendo criado também, e essas reuniões e futuros fóruns que possam vir, que vai ser a proposta de fazermos alterações e melhorar cada vez mais esse projeto, porque, desta vez, parece que, num governo democrático como este, estamos tendo palavra, coisa que não tivemos nas gestões passadas. Desta vez, estamos sendo ouvidos. Vocês são prova de que nunca tivemos uma reunião como essas nas gestões anteriores.

Sou do bairro do Cambuci, sou presidente da Associação de Preservação Cambuci-Vila Deodoro. Vejo que hoje o Cambuci, apesar de não termos combinado, está muito bem representado, com vários participantes. Isso prova a nossa organização do bairro do Cambuci por uma melhoria da qualidade de vida na região.

Queria falar um pouco sobre o objetivo número 4, relativamente à saúde: vi que está prevista ampliação e melhoria na parte da saúde, com novos postos, AMAs e outros equipamentos que serão criados futuramente. Mas, antes de mais nada, tínhamos que trabalhar a requalificação dos funcionários, porque o atendimento fica muito a desejar. Acho que o doente, o paciente, quando procura o posto de saúde, quer ser bem atendido, quer ser bem representado lá dentro. Às vezes, os funcionários que atendem os pacientes não estão devidamente preparados, e uma palavra de conforto minimiza bem a dor do paciente. É comum entrar num hospital ou num posto de saúde e ser recebido pelo agente de segurança, que não tem nada a ver, porque ele está lá como segurança. Ele não tem que organizar fila, não tem que dar informação para paciente – que normalmente dá informações erradas. É preciso haver pessoas preparadas para receber e orientar o paciente. O segurança é para ficar tomando conta do patrimônio, por isso não tem nem que se relacionar com as pessoas. (Palmas) Então é muito importante preparar esse pessoal, requalificando-os, dando treinamento, para dar uma palavra de carinho e de conforto para esse paciente.

Os clubes-escolas, que de clube-escola não tem nada, infelizmente, têm que ter uma parceria com as escolas do bairro, tem de haver uma integração desses alunos. Se você vai a um CEU, ele está todo equipado: tem teatro, cinema, quadra, tem tudo. Mas as escolas de bairro, as mais antigas, infelizmente não têm nada. Mal e porcamente tem uma quadra muito mal aparelhada, quando poderiam usar esses equipamentos públicos que passam a maior parte do tempo ociosos. Então tem que haver a integração entre a escola do bairro e esses clubes-escolas. E para isso vai precisar de transporte, de ônibus, para transportar as crianças. Podia até fazer parte do currículo, da grade escolar, esporte, nataçãõ, outras coisas, para serem praticados nesses clubes-escolas.

Era o que eu gostaria de falar. Agradeço a palavra. Muito obrigado a todos.

(Palmas)

O SR. TACÃO AMANO – Meus cumprimentos ao nobre Vereador Bonduki, companheiros e companheiras.

Sou um cidadão, e, como tal, gostaria de dar uma sugestão: não há, no Eixo Temático 1, que se refere aos compromissos com os direitos sociais e civis, a questão do idoso – nem do jovem e nem das crianças. (Palmas) Agora, a partir de quatro anos, é uma obrigatoriedade eles serem incluídos no processo educacional. Diz muito de inclusão da mulher, mas sem creche não há inclusão da mulher. (Palmas) E não dá para cumprir isso: as crianças entrarem nas escolas aos quatro anos de idade.

Com relação ao idoso, eu acho que esse é um tema nacional, porque a nossa sociedade está envelhecendo, e cada vez mais precisamos de equipamentos e políticas públicas concretas com relação à saúde, à educação, moradia, enfim, todas as necessidades dos idosos, principalmente o medicamento, que é muito caro. Dentro desse guarda-chuva da Comissão de Direitos Humanos, a questão do idoso é multiprofissional. Poderia se fazer um trabalho conjunto.

O companheiro que me antecedeu falou da democracia que esta gestão promove,

ao reunir a comunidade para sugerir.

O Eixo Temático 3, na Meta 96, diz o seguinte: “criar conselhos participativos na 32 subprefeituras”. Acho que esse instrumento da sociedade civil para controlar, propor, fiscalizar o trabalho dos nossos gestores. Isso foi uma coisa que a companheira Erundina implantou, e hoje nós temos que enfrentar a herança maldita do Kassab. (Palmas)

O SR. IVAN SOUZA – Boa noite a todos. Eu sou Ivan, e moro também na região do Cambuci e Aclimação. Vou procurar ser bem objetivo e breve.

Tenho duas sugestões sobre metas.

Já fui contemplado na proposta para implementação de uma política, no sistema municipal, da segurança alimentar e nutricional.

No domingo passado, o jornal *Estadão* apresentou uma matéria de capa sobre o assunto da segurança, ou insegurança, alimentar, e em toda uma página num dos cadernos, revelou que o Ministério da Saúde está considerando uma verdadeira epidemia a questão da obesidade infantil. A matéria dava conta que crianças e adolescentes estavam consumindo 26 quilos de açúcar por ano só com bebidas – refrigerantes, e aquele lúdico suco de caixinhas, que está contemplada. Ou seja, a matéria dizia que o Ministério da Saúde vê como uma epidemia: colesterol e diabetes.

Então a sugestão seria a segurança alimentar e nutricional no sistema municipal.

A outra sugestão seria uma política municipal para economia solidária.

Já existe, em nível federal, no primeiro Governo Lula, a Secretaria Nacional de Economia Solidaria, cujo secretário é o economista Paul Singer. Em nível municipal, também uma política municipal e um sistema municipal de economia solidária.

Sou um militante da economia solidária e me dou conta de que existe um movimento silencioso e robusto, que está percorrendo o Brasil. Não vou entrar no mérito do que é a economia solidária, mas ela poderia ser uma alternativa nesse sentido.

Para exemplificar, na nossa região da Subprefeitura da Sé, temos agentes

econômicos potenciais, os catadores da região Glicério, que poderiam estar sendo contemplados. Existe uma política pública nesse sentido por conta de alguns gargalos, o principal deles, a obtenção do microcrédito. Precisaria haver uma organização, pois, em uma época em que se fala de desaceleração da economia, quantos talentos existem nesta cidade, perdidos?

Era isso o que eu gostaria de comentar. Obrigado. (Palmas)

O SR. ARMANDO ALVES DOS SANTOS – Boa noite a todos. Sou Presidente da Confederação Nacional do Comércio Ambulante – Conam. Quero fazer um encaminhamento. Quero que na plenária seja colocada uma informação sobre o comércio ambulante na cidade de São Paulo - não sei como ele está sendo tratado, mas quero que seja encaminhado – e também sobre o hoje denominado comércio empreendedor. Essa seria uma tarefa complicada, mas ao mesmo tempo fácil de resolver.

_____ Tenho um projeto, já comentado por todos os meios de comunicação, sobre o circuito de compras, que até hoje não sabemos em que pé se encontra. Esse circuito de compras foi estabelecido em quatro lugares: Brás, Vinte e Cinco de Março, Santa Ifigênia e José Paulino. Queremos saber como vai ser tratado o nosso pessoal de vias públicas e também esse projeto sobre o circuito de compras na cidade de São Paulo, para dar condições todos de trabalhar. Além disso, para que 80% desse circuito de compras seja destinado a brasileiros, para que possam trabalhar honestamente e ganhar seu pão sem que, daqui a 20 anos, nós, que já estamos velhos – inclusive eu – não precisemos mais trabalhar em vias públicas, e sim em um local coberto, com toda a infraestrutura.

Eu gostaria também de encaminhar um projeto meu, sobre o qual já conversei na Secretaria, onde todos me conhecem. Esse projeto é o substitutivo de alteração de lei geral, que vem complementar tudo o que está acontecendo na cidade de São Paulo em termos de comércio ambulante. Isso vem desde o tempo de Luiza Erundina, que, para mim, foi uma mãe, sempre me atendeu. Temos ideias sobre como organizar a Cidade nessa área. Queremos

saber quem e quantas são as pessoas que praticam o comércio ambulante em São Paulo, dado que hoje a própria Secretaria não tem. Muitas licenças foram cassadas ou revogadas por motivos os mais variados possíveis. A entidade que eu presido quer um histórico desse pessoal, e queremos trabalhar junto com o Prefeito Haddad.

Queremos ter oportunidade de trabalhar, mas de maneira correta e honesta. Obrigado a todos. (Palmas)

O SR. JOÃO CASSIANO DE OLIVEIRA - Sr. Vice-Prefeito, Srs. Vereadores, distinto público, irmãos combatentes do social. Sou o professor João Cassiano. Nesta Casa, começamos a sentir que tudo aquilo que foi feito no combate a uma ditadura fascista que se instalou no Brasil, em nome de um pseudo milagre brasileiro, começa a funcionar.

Escutei muita gente falar aqui sobre liberdade. Escutei também, com certa alegria, mas com reflexão, tristes situações desta sociedade em que vivemos, que muita gente denomina Primeiro Mundo, pois somos a oitava economia do mundo e temos contradições sérias, fruto de um desenvolvimento anacrônico, de um pseudo desenvolvimento, da utilização de estereótipos como “polo de desenvolvimento” *etc.*

Temos três instrumentos fundamentais conseguidos por pessoas sobre as quais vocês estão sentadas. Porque essa liberdade da qual estamos usufruindo hoje está assentada sobre cadáveres. São muitos os que hoje não estão mais conosco e muitos também os que não sabem onde estão seus filhos. Muitas mulheres foram violentadas com cassetetes em suas vaginas: isso foi a ditadura, isso foi o DOPS. Somos produto daquela geração.

Com 70 anos de idade, tendo chegado ao Brasil, sou brasileiro a partir de 26 de outubro de 2011. Sou ex-apátrida. Apátrida é aquela pessoa que não tem pátria, que nasceu aqui, estudou aqui e aos 21 anos teve que sair do País numa situação triste, tendo como amigo Enrique Lewandowski, companheiro de aulas, hoje Presidente do Supremo Tribunal Eleitoral. Viajávamos juntos – eu para a USP, primeira turma de Comunicação Social, curso que não terminei o curso porque a USP foi invadida; Lewandowski, para o Direito do Largo São

Francisco, hoje Ministro.

Aquela ditadura cerceou o futuro de muitas gerações. Hoje estamos vendo aqui a utilização do mecanismo do orçamento participativo, que é produto do Brasil ou de ninguém, mas conquista dos povos do mundo. Isso foi conseguido e determinado pelas Nações Unidas e experimentado no Rio Grande do Sul nas primeiras administrações do PT.

O que queremos dizer com isso? De nada serve virmos aqui e existirem tantas reclamações se nossa Bíblia, a Constituição política do Estado brasileiro de 1988, é violentada diariamente.

Os artigos 182, 183 da Constituição falam sobre a moradia digna. Temos aproximadamente 20 mil edifícios abandonados no centro de São Paulo, que não cumprem função social. Esses prédios devem ser utilizados, através de uma determinação do Plano Diretor ou por medida votada na Câmara de Vereadores – pois são os parlamentares que irão decidir isso. Os movimentos populares por moradia digna devem exigir que as promessas sejam cumpridas.

Para concluir, quero dizer que estou feliz e espero que o Prefeito Haddad cumpra – com seus Vereadores e Secretários – aquilo que foi prometido na campanha eleitoral. Obrigado. (Palmas)

(NÃO IDENTIFICADO) – Quero agradecer a todos e dizer que estou muito feliz, pois descobri aqui um verdadeiro Banco do Povo, um banco de talentos. É muito boa a proposta de se criar um fórum permanente, que pode ser pela internet, via web, no qual os projetos possam ser disponibilizados e pesquisados. Inclusive, se houver a possibilidade de um fórum semanal ou quinzenal ou mensal, que esse fórum seja transmitido pela web para que alcance um maior número de pessoas. Penso que é muito importante ter hoje o pessoal aqui participando, mas as pessoas em casas têm, muitas vezes, condições de avaliar melhor. Inclusive, que os projetos sejam pesquisados e colocados dentre desse fórum para que a comunidade possa deles tomar conhecimento.

Vou citar três pequenos exemplos. Sou do Bixiga. A Rua Treze de Maio teve sua calçada reformada até a metade. Uma parte da Treze de Maio converteu seus cidadãos em cidadãos de segunda classe. Conversando com o Marcos antes da reunião, fiquei sabendo da possibilidade de a Eletropaulo colocar os fios sob a calçada, só que a calçada foi feita há muito pouco tempo. Se a comunidade sabe dessa possibilidade de enterramento dos fios, é melhor esperar um pouco e fazer a calçada prevendo isso.

Também na Praça 14 Bis há três projetos. Um é de um piscinão, discutível. Outro, da Federação do Comércio, de demolir o viaduto e fazer um túnel subterrâneo. Só que passam por lá passam dois rios: o Saracura Grande e o Saracura Pequeno. Além disso, há a proposta do Metrô de São Paulo. Só que ali existe a principal escola de samba de São Paulo, a Vai Vai. Ninguém consultou a Vai Vai para saber se ela quer sair dali. De repente, chega a determinação de que a Vai Vai tem que mudar porque ali se construirá uma estação do metrô ou mesmo um piscinão. Estamos falando de uma instituição de mais de 80 anos, que pertence à cidade de São Paulo. Estamos falando da única escola de samba grande da região central, que não foi consultada. O pessoal está sem saber onde passará essa estação do metrô ou se os imóveis todos serão demolidos.

Outra coisa. O único espaço do Bixiga onde havia um parquinho era o Recanto do Pedrinho, na Rua Manuel Dutra. Ali existe um parquinho, que, durante muitos anos, ninguém cuidou. O parquinho simplesmente ruiu. A Secretaria de Educação da gestão anterior ia fazer uma creche. Só que, depois, descobriram que a creche não podia ser construída porque o terreno está entre dois postos de gasolina, o que colocaria em risco a construção. Nada foi feito, o terreno ficou abandonado e agora virou um estacionamento, que é usado quando há ensaio da Vai Vai, festa da Achirópita ou outro evento. Virou uma coisa particular.

Então, penso que essa questão da pesquisa e de se colocar os dados a que a população possa ter acesso irá agilizar muito a gestão e fazer com que a comunidade possa discutir. Se essas propostas estiverem visíveis, transparentes na internet, se evitaria muito o

lobby do tipo “Sou amigo do Prefeito, então consigo passar um projeto”, assim como em relação ao Subprefeito e aos Vereadores.

Acho que, se os projetos estiverem invisíveis, e todo mundo puder discutir, participar e trabalhar em cima dele, vai facilitar a vida de todo mundo. Hoje, então, com internet, isso é muito mais simples, porque todo mundo tem acesso.

Há projeto de levar a Vai-Vai para a Nova Luz, mas o pessoal de lá já disse que não quer saber disso. Mas é importante ser consultado e que a população tenha acesso. No Bixiga, existem mais de 30 projetos, que precisam ser garimpados na antiga Emurb, porque cada Prefeito que entra faz um projeto. Há projetos de recuperação da Treze de Maio desde a época da Erundina. Há também o projeto Pró-Bixiga, que foi discutido durante uns quatro ou cinco anos, e agora tem o projeto da Grota, na região da Vai-Vai, que é importante.

Acho importante, então, que isso aconteça para poder contribuir com a administração, para que ela possa realmente participar conosco da construção dessa nova cidade.

Obrigado. (Palmas)

O SR. MARCOS BARRETO – Tem a palavra a Sra. Jorgete.

A SRA. JORGETE – Boa noite, pessoal. Estou aqui representando os artesãos de rua e sou envolvida com a Associação Movimento de Moradia para Todos. Graças a Deus, conheci esse movimento em São Paulo.

Vim do Rio de Janeiro e morava na rua com minhas três crianças. Hoje em dia, estou aqui, com minhas crianças na escola.

Meus amigos ainda estão na rua, mas, entre eles, há pessoas que têm família, que estão na escola. Então, em nome deles, peço ao subprefeito que organize aquele pessoal que está na Ipiranga.

A nossa comissão está se reunindo das 8h às 19h para pedir ao nosso subprefeito e a toda a comunidade que o programa de saúde mental veja o caso dessas pessoas, que

estão trabalhando honestamente.

Existem pessoas que trabalham com frutas, camelôs. Então, também estamos pedindo ao subprefeito uma feira de artesanato. Mas não aquele artesanato vendido na Vinte e Cinco de Março e sim um artesanato que é a cultura do Brasil.

Peço ao Prefeito Haddad que olhe por nós e por moradias para nós, para que possamos alcançar melhores horizontes e objetivos na nossa cidade.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigada pela oportunidade.

Obrigada. (Palmas)

O SR. MARCOS BARRETO - Antes de encerrarmos, passo a palavra ao nobre Vereador Nabil Bonduki e, em seu nome, quero agradecer à Câmara Municipal de São Paulo por ter nos acolhido e ter se transformado efetivamente numa casa do povo nesta tarde de sábado.

O SR. NABIL BONDUKI – Obrigado a todos os cidadãos, movimentos e associações presentes. É um prazer estar com todos vocês.

Achei importante vir aqui, em primeiro lugar, porque esse processo é muito importante e percebemos que a Cidade está com sede de participar. Tenho ido a muitos lugares, plenárias e audiências públicas e realmente há uma vontade muito grande de participação. Isso é muito importante.

Em segundo lugar, queria destacar a importância de estar na Subprefeitura da Sé. Dentre várias subprefeituras, optei pela Sé, porque considero a Sé o coração da Cidade, o lugar de todo cidadão de São Paulo.

Não vou dizer que temos uma contradição, mas há pessoas aqui que moram e trabalham na região da Sé, que é um lugar frequentado por boa parte da população de São Paulo, que vem para cá procurar equipamentos de cultura e comércio. Temos, então, de pensar o centro, e a Sé em particular, como um lugar específico, diferenciado do conjunto da Cidade e que tem de merecer um cuidado especial.

O trabalho de requalificação da área central é bastante interessante, mas é um dos eixos, uma das articulações territoriais.

Esse conceito de articulação territorial, que aproximadamente corresponde às macroáreas no Plano Diretor, áreas homogêneas para o desenvolvimento da Cidade, é uma questão importante e que segue a articulação das políticas.

As metas, cada uma em particular, parecem um pouco fragmentadas, mas não tem muito jeito de não ser assim. O grande diferencial que a Administração Fernando Haddad busca fazer é articulação das políticas, do território. Isso vale para a articulação territorial de uma maneira mais geral, mas vale para uma questão que já foi falada aqui, que é a articulação dos equipamentos, dos espaços públicos, que é uma questão que tem de ser buscada, ou seja, buscar o melhor aproveitamento e utilização dos espaços públicos e, dessa maneira, articular os equipamentos, inclusive os de cultura, de esporte, de educação, de lazer, a fim de se aproveitar melhor os espaços da Cidade.

Nesse sentido, queria destacar uma questão que acho que falta no Plano de Metas. Quer dizer, não sei se falta, porque não sei se, necessariamente, isso é uma meta. Acho que a Lei de Metas amarra um pouco, porque o Executivo tem 90 dias para apresentar um plano. É muito pouco tempo para o governo tomar pé da situação e ter de apresentar um plano em 90 dias, sendo que, muitas vezes e de certa forma, essas metas não estão quantificadas nem são quantificáveis.

Chamo atenção para o fato de existir o Eixo 3 de gestão descentralizada. Uma coisa que sinto falta nesse eixo de gestão descentralizada é uma meta específica que diga respeito como a Prefeitura deve se reorganizar para que as subprefeituras recuperem o papel que está na sua lei, como órgão de gestão regionalizada das políticas públicas.

Nessa questão que tem a ver com o Eixo 3 de gestão descentralizada, é fundamental que se desenvolva um projeto no qual se tenha mais claro o que é de competência das secretarias e o que é de competência das subprefeituras, para que elas

possam ser as grandes articuladoras das políticas públicas no território de cada subprefeitura.

Nesse sentido, considero fundamentais dois instrumentos básicos: um de gestão pública e um de participação. O de gestão é a instância regional de articulação do governo, o que o Governo Erundina chamava de núcleo regional de planejamento, um núcleo que reunia secretarias no território das subprefeituras para fazer um plano de ação nas subprefeituras.

O Plano de Metas tem todas as características, todas as preocupações da lei que foi aprovada, da proposta do Movimento Nossa São Paulo, que foi importante como instrumento de gestão e de cobrança, mas acho que nós temos de avançar para que cada subprefeitura tenha as suas metas, não as da lei, mas as suas próprias metas discutidas com a população para, no âmbito do território, ficar claro o que vai acontecer.

Há muitas metas que são gerais para o Município, e seria interessante sabermos o que vai acontecer em cada subprefeitura. Por exemplo, de 55 mil unidades habitacionais, quantas delas vão estar na Subprefeitura da Sé? Essa é uma questão fundamental, com a qual, acredito, muitas pessoas dos movimentos de moradia estão preocupados.

Outro ponto importante é a recuperação dos pontos de luz. O Município tem uma meta geral, mas, como podemos regionalizar? Essa é uma segunda etapa importante do que considero um sistema de planejamento da gestão.

Esse primeiro passo está sendo muito importante, mas ele vai precisar, talvez ao longo deste ano, com articulação com o Plano Diretor e com os planos regionais, de uma regionalização dessas metas para que, então, possa haver um acompanhamento.

Uma questão, então, é o instrumento de gestão regionalizado. Outra, da qual já se falou bastante aqui e que já foi discutida há semanas, é como vamos implementar o conselho de representantes, cujo processo deve contar com a participação legitimada da sociedade.

Precisamos, de fato, ter uma instância desse tipo, que está contemplada no projeto de metas. Inclusive temos a possibilidade de criar um conselho informal, e podemos ter um conselho informal, mas a legitimidade da representação é muito importante. E o conselho de

representantes teria essa legitimidade, tanto por estar na lei como conselho de representantes como por ser eleito efetivamente pela população e, portanto, com um grau de legitimidade muito significativo.

Quero reforçar também a questão do patrimônio histórico, que é fundamental na Sé. Não há realmente nenhuma meta específica relacionada com o patrimônio histórico, mas sabemos que nem tudo que a Prefeitura vai fazer está, nem precisa estar, no Plano de Metas. Mas, ao não estar, parece que essa preocupação não está presente na Prefeitura, e essa é uma questão importante.

Outra questão que, em minha opinião, é importante são as mudanças climáticas. Apesar de não ser específica da Sé, tem a ver com todo o Município e está atualmente na lei. Hoje, na lei de mudanças climáticas, temos uma meta de redução das emissões, mas o Plano de Metas não aborda esse assunto, que é muito importante porque o País se comprometeu com metas globais de redução de emissão. Portanto, a maior cidade do País não pode deixar de ter, dentre as suas metas, uma de emissão.

Há lacunas importantes, mas não podemos permitir que essas duas persistam, até porque são questões muito estratégicas para o desenvolvimento das cidades de uma maneira mais geral.

Claro que o Plano de Metas não é um plano global do que o governo vai fazer. Isto está muito claro: o governo não vai fazer só essas cem metas; vai, obviamente, fazer muito mais. Aliás, já está fazendo. Isso não quer dizer que tudo precisa estar no Plano de Metas, e sabemos que isso é muito difícil estar.

Também importante é que esse Plano de Metas vai precisar ser revisto assim que aprovado o Plano Diretor, porque a lei que obriga a fazer Plano de Metas diz que ele precisa estar articulado com o Plano Diretor. Então, quando o Plano Diretor for aprovado, ele vai precisar ser revisto. Evidentemente, talvez já com um ano de governo, quando esperamos que isso aconteça, vai ser possível, inclusive, já com maior domínio da situação da máquina

municipal, da administração pública, rever o Plano de Metas.

Falta uma coisa fundamental para cumprir as metas, sem isso não se cumpre metas que é a reestruturação ou a estruturação da Prefeitura e das suas Secretarias, porque sem Secretárias e Subprefeituras minimamente capacitadas – e nós passamos por oito anos de desmonte da máquina – não se cumprem as metas ou cumprem-se somente terceirizando, o que não interessa. Interessa que sejam feitas com a estrutura da Prefeitura e estamos recebendo uma herança maldita da administração passada com uma máquina desestruturada, com muitos funcionários que se aposentaram e não houve concurso público para repor, muitos saíram porque os salários são ruins, tudo isso que quem está na Administração está sabendo e quem não está, precisa saber.

Quando a Prefeitura não consegue responder às expectativas da população é porque temos um conjunto de competências na mão da Prefeitura e a Prefeitura não tem capacidade de responder todas as expectativas da população e todas as competências. Então, essa reestruturação da Prefeitura é fundamental e, talvez, ela precisasse estar aqui. Essa é uma preocupação que devemos perseguir, senão não alcançaremos as metas porque não conseguimos fazer sem ter uma estrutura administrativa para avançar.

Há outra questão importante que é a nossa dívida. Hoje pagamos 13% do orçamento municipal para o pagamento da dívida feita, principalmente, no Governo Maluf e consolidada no Pitta. É uma dívida impagável e está totalmente fora da lógica. O crescimento da dívida é muito maior do que a inflação. É claro que precisamos recuperar nossa capacidade de investimento para cumprir essas metas.

São meios. A população, às vezes, cobra o fim, mas se não tivermos os meios, não vamos alcançar os fins. Então, precisamos de recursos, precisamos de estrutura administrativa, funcionários e uma série de meios fundamentais para alcançar as metas. É fundamental que a população saiba disso também porque ainda estamos na lua de mel do Governo, daqui a algum tempo, e a gente não consegue cumprir tudo o que gostaríamos e a população precisa

saber por que isso acontece.

Parabéns a toda equipe da Sempla que elaborou esse trabalho do Plano de Metas. Essas rodadas serão importantes para aperfeiçoar a proposta e vamos ter um processo contínuo de planejamento para fazer com que a partir desse pontapé inicial a gente possa ter a melhor gestão que a Cidade já teve em toda a sua história.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. MARCOS BARRETO- Tem a palavra o Sr. Roberto Garib, Secretário-Adjunto de Governo.

O SR. ROBERTO GARIB- Temos de reforçar a questão dos recursos que as pessoas falaram e outras disseram: “não vão fazer desse plano de metas um imbróglio. Isso não é um plano de fachada.” Muitas pessoas estão atentas e têm visto a movimentação do Prefeito Haddad na negociação com o Governo Federal.

O editorial da *Folha de S. Paulo*, hoje, recupera um debate. É quase um mea-culpa porque essa dívida, citada pelo Nabil, feita pelo Maluf, quando a Marta assumiu e havia uma parcela de três bilhões que ela tinha de pagar e que era 30%, na época, do orçamento municipal, fomos taxados como caloteiros na Cidade. A taxa de juros subiu muito por causa disso, mas era impossível de ser paga. Os jornais nos cobraram isso, que devíamos arcar com isso, mas todos sabiam que era impossível.

Hoje vir no jornal com bons olhos a renegociação é um mea-culpa desse debate histórico sobre endividamento na cidade de São Paulo. A cidade de São Paulo foi relegada a um segundo plano e não conseguiu auferir boa parte dos ganhos que o País teve nos últimos anos por conta dessa trava do endividamento público.

Esse será um dos caminhos para resolvermos o financiamento do plano de metas e outro será, obviamente, a parceria federal. Não vamos encarar como um grande favor do Governo Federal ao Município de São Paulo ou um grande alinhamento de forças. Não se trata disso. Trata-se de recuperar o problema histórico que teve na Cidade, não investimento na

Cidade.

Citarei alguns exemplos. As creches, 172 creches a nossa disposição que não foram utilizadas. UBSs, 13 UBSs que o recurso caiu na conta da Prefeitura e nem sequer os terrenos foram indicados para a construção. Mobilidade urbana, o Governo Federal que historicamente ficou fora do financiamento da mobilidade urbana no País, quando criou o programa, agora, São Paulo ficou com a menor parcela do Programa. Não foi porque não havia dinheiro, foi porque apresentaram projetos que não conseguiram utilizar a cota que existia para São Paulo. Trata-se agora da negociação que o Prefeito Haddad está fazendo em Brasília de recuperar esse passivo. Eles deixaram de lado a parceria com o Governo Federal e vamos recuperar isso. Daí sai a questão do financiamento das metas.

Esse é um pressuposto do plano. Não há meta em si. Assim como a reorganização da máquina é outro pressuposto importante. Não vamos triplicar a nossa taxa de investimento na cidade de São Paulo e fazer tudo o que está acordado se a gente não olhar para a reorganização da máquina, valorizar o servidor público, retomar uma política de concurso forte para a cidade de São Paulo. Se a gente não fizer isso, dificilmente, conseguiremos cumprir essas metas.

Agradeço a presença de todos. Acompanhei um pouco o trabalho da Sempla e tenho certeza de que as contribuições feitas ajudarão muito. Agradeço a companheira que deve ter relatado tudo ali. Reforço a ideia de sistematizar isso no site para que pudéssemos ter isso organizado para refazer o debate das metas e acrescentar o que for necessário.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. MARCOS BARRETO - Foram três horas de audição com depoimentos e sugestões. Muitas coisas me chamaram a atenção. Certamente, uma parte dessas contribuições serão incorporadas. A ideia é que até o dia 30 de junho republicuemos o plano de metas, depois desse processo de diálogo nas 31 Subprefeituras e de reflexão interna.

Como bem disse o Vereador Nabil, mais uma vez, lembrar que nem tudo que será

feito faz parte da meta do plano de metas. O plano de metas é aquilo que será feito e que dará cara da gestão Fernando Haddad.

No Centro, há muita coisa que vamos fazer e que não entrou no plano de metas. Isso é importante. Haverá uma devolutiva e isso é importante para que o diálogo tenha um bom fluxo e que as pessoas possam perceber que a participação delas gera uma consequência.

Há duas coisas que gostaria de passar porque são importantes. A primeira é dizer que no dia 2 de maio vamos devolver a Praça Júlio Mesquita ao povo do Centro da Cidade, com a fonte reformada, uma iluminação especial. (Palmas)

Em segundo lugar, está clara a necessidade de ter um fórum permanente de diálogo da Subprefeitura na região central. Então, nós teremos um fórum. A forma como vai funcionar iremos acertar, mas haverá um fórum. Isso é uma decisão política desta gestão. (Palmas)

Agradeço várias pessoas da Subprefeitura da Sé que vieram para nós ajudar a organizar, para participar ou para ouvir e, da mesma forma, há funcionários da Secretária de Planejamento. Agradeço a Bel pelo apoio. Está presente também a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, o Kazu, que terá a missão de coordenar a revisão do Plano Diretor em alguns meses. Agradeço o Tadeu da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, que já foi subprefeito e sabe da necessidade da descentralização e fazer com que, efetivamente, a Subprefeitura seja uma instância local de poder municipal com atribuições e estrutura para isso. Tadeu está na Secretaria de Coordenação das Subprefeituras também com esse desafio. Agradeço a minha equipe e todas essas pessoas.

Isto é o começo. 100 dias de governo, este é nosso primeiro encontro. Teremos vários encontros ao longo deste governo e isso, tenho certeza, fará do Centro um lugar melhor e uma Cidade que a gente merece.

Estamos em um momento interessante de transformação. Sinto um movimento de alegria, de retomada do espaço público de forma feliz, alegre, levando música. Adoro o slogan

deles “as ruas foram feitas para a gente dançar”, que traduz o espírito de humanizar o Centro, espírito com o qual temos total sintonia.

Há várias pessoas do movimento de moradia. Há um reconhecimento deste governo de que o movimento de moradia merece e estará presente no Centro. É um direito morar no Centro de São Paulo. (Palmas)

Morar no Centro de São Paulo não pode ser um direito para poucos e para quem tem condições de pagar muito. Tem de ser um direito, sobretudo, do movimento de moradia e das pessoas que trabalham no Centro. (Palmas)

É um novo ar que sopra na Cidade e, certamente, vamos sentir isso nos próximos anos.

Muito obrigado. (Palmas)
